



Ivanna Souto de Magalhães

**Entre a casa e o trabalho: a transmissão
geracional do feminino**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Psicologia Clínica do Departamento de
Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Bernardo Jablonski

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2010



Ivanna Souto de Magalhães

Entre a casa e o trabalho: a transmissão geracional do feminino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Bernardo Jablonski

Orientador

Departamento de Psicologia – PUC - Rio

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Monica de Vasconcellos Dias

Instituto de Ciências da Saúde – UVA/RJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro / / 2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ivanna Souto de Magalhães

Graduou-se na Universidade Federal de Minas Gerais em dezembro de 1990. Concluiu a Especialização em Terapia de Família e Casal na CCE/PUC-Rio, em 2007.

Ficha Catalográfica

Magalhães, Ivanna Souto de

Entre a casa e o trabalho : a transmissão geracional do feminino / Ivanna Souto de Magalhães ; orientador: Bernardo Jablonski. – 2010.

100 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Gênero. 3. Processo transgeracional. 4. Família. 5. Maternidade. 6. Trabalho. I. Jablonski, Bernardo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Às minhas avós, Nazira e Augusta; minha mãe, Zai; minha sogra, Maria Inez; minhas irmãs, Patrícia e Ingrid; minha filha Letícia; e a todas as outras mulheres com as quais convivi e que foram fonte de inspiração para a investigação desse tema de dissertação.

Agradecimentos

A Deus, por mais essa conquista.

Ao Lúcio, parceiro de todos os meus empreendimentos. Por ter compartilhado comigo minhas dúvidas, apreensões, alegrias e superações, o meu imenso amor e admiração;

Aos meus filhos, Igor, Caio, Letícia e Lucca, pelo amor e pela compreensão por conta da minha ausência;

Às participantes deste estudo. Obrigada por me receberem, por compartilharem comigo suas histórias, intimidades e questões.

Ao meu orientador, Bernardo Jablonski, por sua disponibilidade, seus ensinamentos e suas preciosas sugestões;

À colega Fernanda Travassos, pelo apoio, incentivo e excelentes sugestões que muito contribuíram para o enriquecimento do meu trabalho;

Às minhas colegas de Mestrado, Kátia, Rebeca e Ana, pela amizade construída ao longo do curso;

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora;

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelo apoio financeiro e institucional.

Resumo

Magalhães, Ivanna Souto de; Jablonski, Bernardo. **Entre a casa e o trabalho: a transmissão geracional do feminino**. Rio de Janeiro, 2010. 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As diversas transformações que ocorreram no âmbito das conquistas femininas, principalmente a partir dos movimentos históricos e sociais ocorridos na década de 1960, trouxeram modificações consideráveis nas relações de gênero, provocando reflexões sobre o lugar que o homem e a mulher ocupam na família e na sociedade. As mulheres se inseriram no espaço público e no mundo do trabalho e conquistaram uma maior autonomia em suas escolhas afetivas. No entanto, ainda influenciadas pela socialização tradicional, a mulher contemporânea se vê em conflito acerca de que paradigmas seguir. Assim, valores e crenças, frutos de um processo de modernização, convivem simultaneamente com práticas mais tradicionais. Observa-se, por exemplo, a permanência de uma visão conservadora da responsabilidade da mulher no que se refere às tarefas domésticas e ao cuidado e educação dos filhos. Buscamos identificar os possíveis conflitos entre o tradicional e o contemporâneo, no projeto de vida que as mães idealizam para suas filhas, observando os padrões familiares que são transmitidos transgeracionalmente. Realizamos um estudo de campo, baseado na revisão da literatura especializada, com nove mulheres das camadas médias do Rio de Janeiro, com filhas com idade inferior a doze anos. A partir da fundamentação teórica e do discurso das mães entrevistadas, emergiram cinco categorias, que configuraram os temas primordiais dos relatos das participantes, a saber: expectativas em relação às filhas, ideias sobre a influência da família e do meio nas escolhas das filhas, percepções sobre papéis de gênero na família, percepções sobre a transmissão transgeracional, expectativas com relação à vivência da adolescência das filhas. Nossos resultados apontam para um processo de transformação na percepção dos valores de gênero, embora haja uma concomitância de valores novos e antigos.

Palavras-chave

Gênero; processo transgeracional; família; maternidade; trabalho.

Abstract

Magalhães, Ivanna Souto de; Jablonski, Bernardo. **Between home and work: generational transmission of the female.** Rio de Janeiro, 2010. 100p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The many transformations that happened within the sphere of female achievements, especially since the historical and social movements in the 1960 decade, had brought meaningful changes in gender relationships, eliciting reflections about the places occupied by men and women in family and society. Women had entered the public space and the job market, and had gained greater autonomy in their affective choices. However, still influenced by a traditional socialization, contemporary woman perceives herself in a conflict regarding which paradigms to follow. Thus, values and beliefs resulting from a modernization process coexist with more traditional practices. It is observed, for instance, the presence of a conservative point of view in what concerns women's responsibility for domestic tasks and the care of children. We aim at identifying possible conflicts between traditional and contemporary in life projects idealized by mothers to their daughters, observing family patterns that are transmitted transgenerationally. We conducted a field work, based on specialized literature, with nine women from middle-class in Rio de Janeiro, who had daughters aged less than twelve years-old. From both the theoretical background and the discourse of interviewed mothers, five categories emerged, which constitute the main themes in participants' accounts. The categories are: expectations towards their daughters, ideas about the influence of family and surroundings in their daughters' choices, perceptions about gender roles in the family, perceptions about transgenerational transmission, and expectations in relation to their daughters' adolescence. Our results point out to a process of transformation in the perception of gender values, even though there is the concomitance of new and old values.

Keywords

Gender; transgenerational process; family; maternity; work.

- Ô mãe, me explica, me ensina, me diz o que é feminina?
- Não é no cabelo, no dengo ou no olhar, é ser menina por todo lugar.
- Então me ilumina, me diz como é que termina?
- Termina na hora de recomeçar, dobra uma esquina no mesmo lugar.

*Costura o fio da vida só pra poder cortar
Depois se larga no mundo pra nunca mais voltar*

- Ô mãe, me explica, me ensina, me diz o que é feminina?
- Não é no cabelo, no dengo ou no olhar, é ser menina por todo lugar.
- Então me ilumina, me diz como é que termina?
- Termina na hora de recomeçar, dobra uma esquina no mesmo lugar.

*Prepara e bota na mesa com todo o paladar
Depois, acende outro fogo, deixa tudo queimar*

- Ô mãe, me explica, me ensina, me diz o que é feminina?
- Não é no cabelo, no dengo ou no olhar, é ser menina por todo lugar.
- Então me ilumina, me diz como é que termina?
- Termina na hora de recomeçar, dobra uma esquina no mesmo lugar.

*E esse mistério estará sempre lá
Feminina, menina, no mesmo lugar*

Joyce,
"Feminina"

Sumário

1. Introdução	11
2. Relações de gênero e família	15
2.1. Gênero	15
2.2. Socialização	20
2.3. Gênero e socialização na família	23
3. As transformações do lugar da mulher na família	26
3.1. Transformações da família – breve histórico	26
3.2. Transformações da mulher – breve histórico	32
3.3. A mulher contemporânea	37
4. Heranças familiares: aspectos transgeracionais	45
4.1. A dinâmica familiar e a transgeracionalidade	45
4.2. Transgeracionalidade e educação	54
5. A pesquisa de campo	58
5.1. Participantes	58
5.1.1. Critérios para participação	58
5.1.2. Características das mães participantes	59
5.2. Abordagem metodológica	61
5.3. Entrevistas	62
5.4. Demais instrumentos	62
5.5. Análise dos dados	63
6. Resultados e discussão	64
6.1. Expectativas, desejos das mães em relação às filhas	64
6.2. Ideias sobre a influência da família e do meio nas escolhas das filhas	74
6.3. Percepções sobre papéis de gênero na família	77
6.4. Percepções sobre a transmissão transgeracional	80
6.5. Expectativas com relação à vivência da adolescência das filhas	82

7. Considerações finais	85
8. Referências bibliográficas	89
Anexo I	97
Anexo II	98
Anexo III	99
Anexo IV	100

Introdução

Qual foi, qual é, e qual poderá ser o lugar das mulheres?

Mary del Priore (2001)

Uma discussão presente na atualidade é sobre a “crise” da família, o enfraquecimento da instituição familiar. De fato, o que observamos é o surgimento de novos modelos familiares, derivados de diversos fatores políticos, econômicos, históricos e sociais ocorridos nas últimas décadas e, sobretudo, das transformações nas relações de gênero. Evidencia-se que cada modelo traz em si uma idéia sobre o lugar que o homem e a mulher ocupam na família.

Podemos dizer, então, que estão ocorrendo mudanças nas relações de gênero e nesse processo de transformação, a mulher tem um papel primordial. A história das mulheres se mistura com a história da família e da sociedade. Como ser social que é, a mulher se articula com o fato social que ela também fabrica e do qual é parte integrante. Desta forma, pode-se falar em um processo interacional: mudanças sociais, familiares e individuais se apresentam de forma recursiva e são marcadas, sobretudo, pelas mudanças nas relações homem-mulher.

Fatores como a modernização, a industrialização e a “psicologização” foram importantes na construção de novos modelos de família. Porém, o movimento de emancipação feminina foi um marco fundamental que levou a modificações consideráveis nas relações homem-mulher e no papel desempenhado por esta na família e na sociedade.

Muitas foram as transformações que ocorreram no âmbito das conquistas femininas, trazendo reflexões no que diz respeito aos papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa. O casamento, a sexualidade, a maternidade e a vida profissional passam a ser questionados e modificados. No entanto, apesar de todas estas mudanças e conquistas, o lugar da mulher na família e na sociedade ainda está em transformação. Influenciada pela socialização tradicional, a mulher contemporânea se vê em conflito entre os papéis tradicionalmente atribuídos a ela e os novos papéis que lhe são exigidos.

As transformações nas famílias, nas últimas décadas, implicaram numa exigência de mudança nas definições do que é ou não valorizado na mulher, de

quais valores ela deve seguir, de quais padrões comportamentais seriam desejáveis, exigindo, assim, um questionamento do lugar que esta deve ocupar na família e na sociedade. Na concepção de Jablonski (2007) “papéis mais tradicionais estariam sempre competindo com as escolhas mais contemporâneas, o que levaria a uma confusão acerca de que paradigmas seguir” (p.212).

Por mais que se observem transformações nos papéis femininos, alguns padrões continuam a se repetir transgeracionalmente. A mulher contemporânea continua sendo a responsável pelos processos de transmissão dos primeiros significados e valores sociais; é a mediadora entre a família e as outras instituições sociais, entre o mundo público e o privado (Rocha-Coutinho, 1994; Biasoli-Alves, 2001; Favaro, 2007).

Os aspectos transgeracionais dizem respeito a heranças transmitidas pela família de uma geração à outra; são um ponto de apoio dos pais na construção e no exercício dos valores, metas e estratégias educativas. Os pais, por meio da educação, “vão atribuindo significados às experiências dos filhos, possibilitando ou dificultando conquistas, incentivando ou remediando sonhos” (Wagner, Predebon e Falcke, 2005). É a partir da comunicação entre a família de origem e a geração posterior que as dificuldades e anseios dos progenitores são transmitidos aos filhos.

Assim, muitos dos papéis desempenhados pelo homem ou pela mulher diferem de acordo com o momento histórico, com a cultura, entre outros aspectos. Entretanto, outros tendem a ser perpetuados e transmitidos pela família. Pesquisas recentes apontam para as constantes alterações em valores, práticas e papéis da mulher, principalmente no contexto familiar brasileiro, entretanto, evidenciam também, continuidades em todos esses aspectos. Essas rupturas e continuidades geram incerteza e insegurança dos pais quanto à melhor maneira de educar os filhos, pois sua maior preocupação atual gira em torno do seu futuro (Biasoli-Alves, 2001; Benicá e Gomes, 1998).

A partir dessas considerações esse trabalho se propõe a investigar como essas várias transformações pelas quais passaram as mulheres estão representadas no **projeto de vida que essas idealizam para suas filhas**. Buscamos identificar os possíveis conflitos entre o tradicional e o contemporâneo. E assim, desenvolvemos um estudo sobre a expectativa da mãe, mulher da sociedade contemporânea, com relação ao projeto de vida da sua filha. Para isso, nos

pautamos em três eixos de análise a saber: o casamento, a maternidade e a vida profissional.

O presente trabalho desdobra-se em mais seis capítulos, três que apresentam os referenciais teóricos, dois que apresentam a pesquisa de campo e as discussões eliciadas por esta e, por fim, a conclusão.

Assim, no capítulo dois, *Relações de gênero e família*, objetivamos melhor compreender os significados compartilhados a respeito dos lugares e funções dos membros da família, principalmente da mulher. Para isso, tecemos algumas considerações sobre os conceitos de gênero e socialização, com ênfase no processo de mudança na concepção de gênero. Percorremos um trajeto, enfatizando as mudanças que ocorreram, a partir do movimento feminista, quando novos estudos e trabalhos surgiram com o intuito de melhor compreender as relações de gênero.

A seguir, no terceiro capítulo, *As transformações do lugar da mulher na família*, fizemos uma breve revisão histórica dos modelos de famílias brasileiras, por entender ser fundamental a análise das características, valores, dinâmicas e estruturas que organizam a vida familiar em cada momento da História. Procuramos apontar o impacto das mudanças econômicas e sociais sobre as organizações familiares, gerando diferentes expectativas sobre os papéis e funções dos homens e mulheres na família.

Como o enfoque desse estudo é a mulher, foi dada uma especial atenção às diversas e importantes transformações no lugar que ela ocupou e vem ocupando nos diferentes contextos histórico-sociais. Pensamos que essa revisão histórica das transformações da família e das mulheres fez-se necessária por acreditarmos que para se compreender o presente é importante que conheçamos os padrões e as práticas adotadas no passado. Nesse sentido, poderemos esclarecer as mudanças e as continuidades com relação aos valores, crenças e atitudes das mulheres nas famílias e das famílias, na sociedade, tendo em mente a relação recursiva que existe entre mulher, família e sociedade.

O capítulo quatro, *Heranças familiares: aspectos transgeracionais*, aborda a questão da dinâmica familiar e da transgeracionalidade. Acreditamos que em todas as famílias ocorre a transmissão de uma diversidade de padrões de uma geração a outra. O que se observa é que as experiências do passado vão servir

como um referencial que pode ser repetido, transformado ou negado na construção de novas relações familiares entre pais e filhos.

A pesquisa realizada com nove mães está descrita no capítulo cinco, *A pesquisa de campo*, quando também é apresentada e justificada a metodologia e relatados os procedimentos realizados na pesquisa, como os critérios de seleção dos entrevistados, a coleta e a análise dos dados.

Após análise dos conteúdos, foram definidas as categorias que emergiram da fundamentação teórica e das falas das participantes do estudo: Expectativas em relação às filhas; Ideias sobre a influência da família e do meio nas escolhas das filhas; Percepções sobre papéis de gênero na família; Percepções sobre a transmissão transgeracional; Expectativas com relação à vivência da adolescência das filhas.

No sexto capítulo, *Resultados e discussão*, são apresentados os resultados e a discussão dos dados articulados aos referenciais teóricos. Por fim, no sétimo capítulo são expostas as *Considerações finais*, pontuando as principais observações realizadas ao longo do estudo, dando ênfase na expectativa das mães com relação ao projeto de vida de suas filhas.

2

Relações de Gênero e Família

Na família, homens e mulheres são chamados a desempenharem os seus papéis. As expectativas que as pessoas têm de seus papéis sociais, especificamente dos seus papéis dentro da família, fazem parte de acordos interacionais construídos nos processos de socialização; constituem, portanto, consensos individuais e sociais, na interação entre indivíduo, família e sociedade.

É forte a influência que as crianças recebem dentro da família, quando pais/mães transmitem suas crenças sobre sexo e gênero. Patcher (2009) enfatiza a importância da família, nos anos iniciais da criança, no desenvolvimento da compreensão infantil do que homens e mulheres e meninos e meninas fazem e de como essas atividades podem variar de acordo com o gênero.

Os filhos são, assim, expostos a valores e comportamentos que os guiarão na vida adulta. As interações dentro da família revelam ideologias de gênero implícitas, que permitem aos seus membros partilharem construções e entendimentos dos discursos de gênero dominantes na sociedade (Strey, 2007).

Considerando a família uma instituição social, é importante esclarecer a interdependência dos conceitos de gênero e socialização para melhor se compreender os significados a respeito dos papéis e funções daqueles que constituem a estrutura familiar, principalmente, neste estudo, o papel e a função da mulher.

2.1

Gênero

Durante muito tempo, masculino e feminino eram vistos como polos opostos de uma única dimensão. Sendo assim, um indivíduo poderia apresentar atributos masculinos ou femininos, mas jamais ambos, ou seja, os atributos restringiam-se ao sexo biológico. Nesse modelo de unicidade sexual só existia um sexo – o masculino; sexo tinha como referente os órgãos reprodutores do homem. A mulher era o representante inferior desse sexo por não ter calor vital suficiente para atingir a referência de perfeição anatômica do homem. A partir dessa crença,

tem-se a descrição da mulher como um homem invertido, com todos os órgãos para dentro: a vagina era um pênis que tinha entrado para dentro do corpo; os ovários eram testículos internos; o útero era o saco escrotal; a vulva, o prepúcio (Costa, 1995; Laqueur, 1990).

Até então, o que chamamos hoje de distinção de gênero não tinha como pressuposto a diferença dos sexos, pois existia a crença na unicidade sexual. Entretanto, com os ideais igualitários da revolução democrático-burguesa, ao final do século XVIII, havia a necessidade de justificar a desigualdade entre homens e mulheres, com fundamento numa desigualdade natural. Foi necessário inventar algo que, na natureza, justificasse racionalmente as desigualdades exigidas pela política e pela economia da ordem burguesa dominante.

O sexo começa a ser algo que estava aquém ou além da anatomia. Surgem, assim, diversos estudos no campo das ciências naturais reafirmando as diferenças entre homens e mulheres. Ao final do século XIX e início do século XX, homens e mulheres passavam a viver cada vez mais em mundos opostos.

Badinter (1993) assinala que, sendo dotadas de ovário e útero, as mulheres foram consagradas com a função maternal, ficando conseqüentemente restritas ao lar, aos cuidados e educação dos filhos; representavam a moral e os bons costumes. A produção e a política, ou seja, a vida pública foi destinada aos homens.

Na segunda metade do século XX, o conceito de gênero, que até então era sinônimo de sexo, começa a receber uma perspectiva mais sociocultural. O movimento feminista teve forte impacto na transformação das percepções sobre as relações de gênero, trazendo uma perspectiva de gênero como construção social. Desigualdades até então aceitas passaram a ser socialmente consideradas injustas, como por exemplo a exclusão das mulheres das oportunidades educacionais e do mercado de trabalho.

Estudos começam a surgir pontuando a dinâmica de gênero quanto à linguagem, ao discurso e à interação cotidiana. Há de se destacar o importante trabalho de Margaret Mead (1949) denunciando a não universalidade das concepções de gênero e apontando a cultura como fator determinante na construção dos padrões de masculinidade e feminilidade. A autora sustentava que as potencialidades humanas independiam do sexo biológico. Desta forma, homens e mulheres, embora marcados por suas constituições físicas, passaram a ser

respeitados como indivíduos singulares para os quais o sexo passou a constituir apenas mais uma característica a ser significada segundo sua história pessoal num determinado contexto sócio-cultural. Nesse sentido, a categoria gênero passa a ter um novo olhar, não podendo ser mais pensado de forma descontextualizada ou restrita ao corpo.

Estudiosos das ciências sociais, então, passaram a privilegiar as dimensões relacionais e culturais na diferenciação masculino/feminino. Gênero passou a ser conceitualizado como construção cultural e simbólica da feminilidade e da masculinidade (Michel, 2002; Journet, 2002). Desse modo, para se entender as relações entre os sexos há que se compreendê-las no seu espaço histórico sociocultural. Assim, é preciso não se limitar à construção social do feminino e do masculino, mas focalizar ambas numa unidade de relação de interdependência entre si.

Diversos são os enfoques teóricos relativos às questões de gênero. Há as teorias que naturalizam as diferenças entre homens e mulheres. Existem aquelas que valorizam mais os fenômenos de socialização. Há, ainda, aqueles teóricos que reconhecem a importância das diferenças anatômicas na construção de diferenças que se estendem ao plano social.

Deaux e Lafrance (1998) destacam a importância de se contextualizar os estudos de gênero por um modelo que considere as flutuações dinâmicas da categoria gênero em si, mas também o sistema social mais amplo no qual se encenam características masculinas e femininas. Desta forma, as ações de mulheres e homens são conceituadas em termos dinâmicos e interdependentes.

Esta abordagem proposta pelas autoras enfatiza a flexibilidade, as variações e as contingências em que ocorrem os comportamentos relacionados a gênero, ainda que não neguem a influência da biologia ou dos modelos de socialização. A perspectiva apresentada por elas considera que a categoria gênero deve ser considerada em múltiplos níveis de análise: individual, situacional e em termos de sistemas e estruturas sociais mais abrangentes.

Brasileiro (2002) assinala que “gênero” é um conceito psicossocial que reflete a apropriação, a compreensão e o uso que a cultura faz das diferenças sexuais biológicas. Assim, pode-se pensar que gênero é uma interpretação do significado da diferença sexual. A partir das diferenças inscritas em nossos corpos, somos designados homem ou mulher e nos posicionamos no mundo.

Os estudos de gênero questionam a idéia de natureza feminina (e masculina) e reforçam a concepção de que as características atribuídas à mulher (e ao homem) são, na verdade, socialmente construídas. Diferencia-se, assim, o sexo (a dimensão biológica dos seres humanos) do gênero (um constructo cultural), o que é útil para mostrar que muitos comportamentos, sentimentos, desejos e emoções, vistos como partes de uma essência masculina e feminina, são produtos de determinado contexto histórico e social (Goldemberg, 2000, p.15).

Dentro dessa perspectiva, “gênero” é um processo dinâmico, construído socialmente a partir de prescrições culturais que diferenciam homens e mulheres. Sendo assim, os estudos feministas, antes centrados nas mulheres, passam a se concentrarem nas relações de gênero, ou seja, nas relações sociais e de poder, estabelecidas sobre as igualdades e diferenças percebidas entre os sexos.

No início do movimento feminista, a luta das mulheres era em prol da eliminação das diferenças entre elas e os homens, objetivando igualdade absoluta entre os sexos. Esse seria um movimento contrário aos ideais patriarcais, baseados em relações de poder que mantinham as mulheres subjugadas ao poder dos homens. Elas buscavam desnaturalizar e historicizar essa subordinação. A partir da segunda metade da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980 é que, segundo Araújo (2005), as feministas voltaram a sua luta pela igualdade na diferença. De acordo com a autora, neste momento “passou-se a falar de diferença cultural, cultura feminina, experiência feminina, reconhecimento da diversidade cultural de gênero, dentre outros conceitos” (Araújo, 2005, p.46).

Essa mudança aconteceu quando as feministas perceberam que se igualar aos homens reforçava a superioridade masculina e desvalorizava ainda mais o universo feminino. O masculino ainda se mantinha como referência, enquanto que o feminino era simplesmente o inverso, ou seja, permanecia inferior. Oliveira (1991) assinala que o sentimento de inferioridade por parte das mulheres é o resultado de uma história de desigualdades entre os sexos.

Assim, passa-se da busca da igualdade para uma valorização das diferenças não hierarquizadas nos diversos campos de interação social, já preconizada por Margaret Mead (1949). Nesse segundo momento, a visão que se desenha é a de que as mulheres não são inferiores aos homens, mas também não são iguais a eles, o que se traduz em uma possibilidade de expansão dos limites do feminino.

Nesse sentido, na busca da igualdade na diferença, diversas foram as possibilidades de mudança nas relações de gênero. Tanto as mulheres quanto os homens puderam, ao se libertarem dos velhos estereótipos, construir novas formas de se relacionar na vida afetivo-sexual, no casamento, no trabalho e na família.

Sob um outro ponto de vista, Badinter (1985) acredita que uma diferenciação absoluta coloca em evidência nossa natureza bissexual originária, que assume uma verdadeira mutação cultural, ou seja, o que se delineia é o apagamento das diferenças entre homens e mulheres pela aproximação da experiência de um e de outro.

Na atualidade, observa-se a conquista do mundo público pelas mulheres, mas sem abrir mão do espaço privado, o que tem levado as mulheres a uma sobrecarga de responsabilidades pelo acúmulo de funções dentro e fora de casa. A partir do momento em que se elimina a divisão sexual do trabalho, em que se tem a independência financeira, em que se desvincula sexualidade de reprodução, através dos métodos de contracepção, dentre outras conquistas das mulheres, os pilares fundamentais do patriarcado começam a ser desconstruídos.

Roudinesco (2003) assinala que, a partir do declínio do patriarcado, iniciou-se “um processo de emancipação que permitiu às mulheres afirmar sua diferença, às crianças serem olhadas como sujeitos e aos ‘invertidos’ se normalizarem” (p. 12). Ainda segundo a autora, esse movimento gerou uma angústia e uma desordem específicas, referentes ao medo da abolição da diferença dos sexos, com a perspectiva de uma dissolução da família.

Thompson e Walker (1989) sugerem que dentro das famílias, as questões de gênero incluem crenças e ideologias, limitações e oportunidades, significado e experiência, diversidade e mudança, interações e relacionamentos. Acrescentam que as mudanças contemporâneas nas relações de gênero, ao substituírem alguns valores tradicionais e perpetuarem outros, introduzem formas novas e diversas, às vezes mesmo contraditórias de significar o masculino e o feminino.

Foi, então, a partir do movimento de emancipação feminina, que se começou a pensar que as relações entre homens e mulheres e as definições de masculino e feminino são constituídos, reproduzidos, transformados e contestados continuamente. Nesse sentido, acreditamos que homens e mulheres estão definindo e construindo seus papéis dentro das famílias influenciados por

experiências diversas e formulando suas próprias expectativas com relação ao “ser homem” e “ser mulher”.

Distanciando-se dos modelos estereotipados de gênero, abrem-se as possibilidades de relações de gênero mais democráticas, nas quais se preserva o direito à igualdade e o respeito à diferença.

2.2

Socialização

As representações que o indivíduo tem de si, do outro e das instituições são construídas no processo de socialização, com a linguagem, a conversação, por meio da qual o conhecimento é elaborado, construído e legitimado simbolicamente, fazendo-se presente no pensamento e ação dos indivíduos, ao mesmo tempo em que constrói, modifica e reconstrói a sociedade. Pode-se afirmar que é no processo de socialização, a partir da assimilação dos valores e prescrições sociais da cultura que um macho ou uma fêmea se transforma em um homem ou uma mulher.

A criança, como ser social que é, nasce preparada para ser socializada pelos adultos que a geraram, para que adquira os padrões, valores e normas do grupo social no qual está inserida. Sendo assim, pode-se dizer que a construção da identidade do ser humano acontece no contexto social, no processo de olhar para o outro e estabelecer comparações, formando uma subjetividade que contempla a forma como se é visto (Velho, 1987).

Berger e Luckman (1966) definem a socialização como a introdução do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. Na socialização o indivíduo recebe, integra e interioriza os valores da sociedade. A primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, para a partir daí tornar-se membro da sociedade, é a socialização primária, em que a família é o principal agente socializador e que implica além do aprendizado cognoscitivo, um alto grau de emoção.

Na socialização primária, os agentes socializadores são, em geral, os pais ou outros familiares bastante próximos com quem a criança se identifica. E é através da identificação que a criança internaliza as versões que esses agentes socializadores lhe oferecem das principais características da sua cultura, fazendo

sua leitura da sociedade em que vive e de si próprio nesta sociedade. Portanto, a família estabelece uma intermediação entre o filho e a sociedade, definindo para a criança o lugar social e o lugar na vida psíquica de seu meio familiar.

Como sustentam Assmar, Ferreira, Novaes e Tomaz (2000), baseados em estudos sobre a família brasileira, o grupo familiar reflete as normas, crenças e tradições de uma cultura, sendo, desta forma, um contexto adequado para uma investigação das premissas históricas e sócio-culturais, que constituem crenças inquestionáveis consensualmente aceitas por um grupo social. Portanto, a família, dadas as suas características de permanência e mutabilidade, deve ser vista como um espaço de formação social onde os valores são constantemente construídos, fragmentados e reconstruídos, a partir da convivência entre seus membros.

Pode-se afirmar que é no processo de socialização primária que se dá a internalização de uma versão de identidades e papéis sexuais, através da identificação com os agentes socializadores. Nicolacci-da-Costa (1987) chama a atenção para o fato de que o sistema simbólico internalizado durante o processo de socialização primária define os papéis sociais que o indivíduo pode assumir tanto na infância quanto na vida adulta.

Ainda de acordo com Berger e Luckman (1966), quando o indivíduo se insere nas demais instituições sociais ocorre o processo de socialização secundária, que sempre pressupõe o processo de socialização primária – nas palavras dos autores, “os submundos interiorizados na socialização secundária são geralmente realidades parciais, em contraste com o mundo básico adquirido na socialização primária” (p. 185). Para os autores a característica fundamental de todo processo de socialização secundária é a de que este pressupõe o processo de socialização primária.

Assim, quaisquer que sejam os conhecimentos a serem interiorizados, precisam sobrepor-se ao que foi internalizado na socialização primária. Na socialização secundária, como o grau de identificação com os agentes socializadores não é tão alto quanto na socialização primária, o conteúdo internalizado fica mais frágil e mais fácil de ser erradicado.

Pode haver, no entanto, o problema de “incoerência” entre as interiorizações primitivas e as mais recentes. Nicolaci-da-Costa (1987) discute esse ponto sugerindo que pode haver um conflito do sujeito entre as expectativas e representações internalizadas durante o processo de socialização primária –

“representações primitivas de inserção no mundo adulto” e aquelas originadas de sistemas simbólicos que foram internalizados através das socializações secundárias – “representações mais recentes e concretas de participação real na reprodução da ordem social” (p. 67).

Costa e Antoniazzi (1999) assinalam a importância da socialização primária na formação da identidade de gênero das crianças. As autoras assinalam que embora muitos fatores contribuam para esse processo, a construção da identidade de gênero e a aquisição de estereótipos de papel de gênero parecem ser o resultado de um processo evolutivo, atribuído a uma função da socialização primária da criança. Nesse sentido, apontam os pais como os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de estereótipos de papel de gênero nas crianças.

Estudando a influência da socialização primária na construção da identidade de gênero, Costa e Antoniazzi (1999) demonstraram que, muitas vezes de forma indireta, os pais influenciam o comportamento de seus filhos, embasados em suas crenças sobre papel de gênero. Estas crenças refletem-se nas expectativas dos pais sobre o comportamento e características de personalidade de seus filhos e influenciam suas ações e atitudes frente aos mesmos. Em sua pesquisa, observaram que ainda que nas percepções dos pais, educar e criar um menino ou uma menina não apresente diferenças, em seus depoimentos mostram que as preocupações em relação aos filhos variam conforme o sexo da criança. As autoras acreditam que na maior parte dos casos estudados, mesmo sem se darem conta, os pais enfatizam comportamentos que acabam determinando diferenças na aquisição de identidade de gênero de seus filhos.

Paechter (2009) assinala que para as crianças, na maioria das sociedades contemporâneas, a família, o grupo de pares e a escola são os principais lugares na construção e na aprendizagem coletiva das masculinidades e feminilidades. Nestes espaços, as crianças experienciam o que é ser tratado como homem e mulher e aprendem quais são as expectativas desses grupos em relação aos gêneros. Daí poder se pensar nas implicações desse aprendizado na vida futura das crianças.

2.3

Gênero e socialização na família

Deaux e Lafrance (1998) enfatizam que tanto as oposições como as correlações negativas entre masculino e feminino são aprendidas através dos estereótipos de gênero vigentes em uma determinada cultura. As crianças, à medida que incorporam os valores e crenças transmitidos em casa ou em outras instituições sociais, tais como a escola, vão aprendendo a opor atributos masculinos e femininos.

A família é um agente socializador. Nela, os valores sociais são apreendidos, mantidos e reproduzidos, apresentando-se, simultaneamente como contínuos e descontínuos. Práticas e princípios que orientam a socialização podem estar em confronto com orientações tradicionais.

Assim, os significados internalizados podem ser aceitos, questionados e ressignificados. Esse pode ser um exemplo do que ocorre com as representações das relações de gênero, especialmente, quando se referem à organização social das diferenças entre os sexos.

Considerando que o indivíduo se constrói nas relações sociais, pode-se afirmar que indivíduo e sociedade são produto e produtores de mudanças, numa relação circular e recursiva. Uma vez que a identidade é produzida num sistema de relações, sua representação pressupõe crenças e valores presentes nas relações sociais, onde ela se constitui. A família é, assim, a instituição na qual, por meio dos processos de socialização e das formas de organização do cotidiano, a identidade de gênero irá se desenvolver. Nesse sentido, a família assume um lugar de interação afetiva, onde o desenvolvimento de práticas de socialização primária e expressões de afeto se realizam por meio das relações entre pais e filhos e entre os cônjuges.

Na família, as representações do masculino e do feminino, as atribuições de papéis, de autoridade a homens e mulheres constituirão o núcleo ativo da construção de identidade de gênero. É a identidade de gênero que vai nomear e justificar para o sujeito seu desejo e escolhas sexuais, sua inserção no mercado de trabalho e os papéis que terá na organização familiar. A identidade de gênero, portanto, diz respeito aos significados que um indivíduo associa como sendo masculinos ou femininos.

Diversas são as explicações teóricas para a formação da identidade de gênero. Deaux e Lafrance (1998) apontam um tipo comum de abordagem sócio-psicológica que considera o gênero como uma categoria de pertencimento a um grupo social. Esse pertencimento acontece por meio de um processo de identificação, no qual um indivíduo cria ligações entre o *self* e uma ou mais pessoas. Nesse sentido, ao se identificar como homem ou mulher, o indivíduo se auto-identifica e também se identifica com um grupo de pessoas que compartilham a mesma categoria de pertencimento.

Os autores acrescentam que uma variante desta abordagem considera o gênero não como uma única categoria de pertencimento, mas sim, como um conjunto de categorias. Assim, para Deaux e Lafrance, por exemplo, o termo identidade de gênero é substituído pelo conceito de identidades de gênero, visto que diferentes características relacionadas a gênero engendram variadas representações e identificações masculinas e femininas num dado contexto social. Desta maneira, os papéis sociais como maternidade e as escolhas profissionais podem constituir diferentes maneiras de identificação social atreladas ao gênero.

Como se sabe, durante o século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, importantes mudanças ocorreram referentes à situação das mulheres e as relacionadas com a família. Com relação às mulheres, há de se destacar sua inserção no espaço público – mundo do trabalho e as significativas alterações no espaço privado, caracterizada por uma maior autonomia em suas escolhas afetivas e o enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conjugais.

Nas famílias, observam-se as alterações no seu funcionamento, nas formas de organização, na sua composição e estruturação, que se expressaram nos diversos tipos de arranjos conjugais e de interações nas relações de gênero e entre gerações. Jablonski (2003), analisando as relações de poder entre homens e mulheres, encontra em sua pesquisa, dados que sugerem uma forte tendência ao igualitarismo, apesar da persistência de um sistema de crenças ainda marcado por estereótipos tradicionais e já ultrapassados em muitos aspectos, ao menos no discurso.

O lugar contemporâneo das mulheres combina um misto de um modelo igualitário com um modelo não igualitário. Observa-se que mesmo que o trabalho seja uma relação legítima tanto para as mulheres como para os homens, ainda existe uma relação diferenciada dos dois gêneros: o espaço doméstico continua

sendo uma prioridade mais marcada no feminino, enquanto que o espaço profissional, uma prioridade mais masculina (Lipovetsky, 2000).

Araújo e Scalon (2005) chamam a atenção para a conexão estreita entre estruturação e reprodução da família e lugares ocupados por homens e mulheres na vida social. E acrescentam que as relações entre gênero e familiares são marcadas pelo surgimento de novos valores e atitudes que promovem novas dinâmicas de interação, mas convivem também com formas tradicionais de perceber e conduzir essas relações.

Pode-se, então, afirmar que, no Brasil, as relações de gênero na família mudaram. Entretanto, o princípio tradicional da divisão sexual do trabalho – mulheres e homens com papéis diferenciados – se mantém. Há uma posição menos tradicional no que diz respeito ao investimento das mulheres com a vida profissional, o que não implica em redefinições no papel de mãe, esposa e dona de casa.

3

As transformações do lugar da mulher na família

Várias são as mudanças observadas no modelo tradicional de família (família considerada um núcleo composto por pai, mãe e filhos, legitimado pelo casamento, com o poder centrado na figura masculina/paterna) ao longo das últimas décadas. Não podendo negar esse modelo tradicional na atualidade, presente muitas vezes com uma diferente roupagem, identifica-se, também, uma diversidade de novos arranjos, com novos padrões de relacionamento familiar.

A família pode ser considerada um fenômeno universal que supõe uma aliança de um lado (o casamento) e uma filiação do outro (os filhos). Essa é a visão apresentada por Roudinesco (2003) que, apoiada nos estudos de Levi-Strauss, acrescenta que uma outra condição necessária à criação da família é a existência prévia de duas outras famílias.

Discussões recentes têm apontado para a crescente desintegração das estruturas familiares tradicionais. O que se observa são diferentes configurações de família surgindo, apresentando dados novos acerca do próprio conceito de famílias e das interações entre seus membros. Esses novos modelos derivam-se de diversos fenômenos sociais, tais como o aumento da expectativa de vida, com o conseqüente aumento da população com mais de 60 anos; o declínio da instituição do casamento; a aceitação do divórcio; as transformações nas relações de gênero; entre outros fatores.

Assim, pode-se dizer que as famílias estruturam-se de diversas formas considerando o lugar, o tempo, o modelo sócio-econômico vigente, transformando, conseqüentemente, seus valores, crenças, atitudes, expectativas e as relações entre seus membros.

3.1

Transformações da família – breve histórico

O nascimento e o desenvolvimento do sentimento de família, de acordo com Ariès (1978), começa a surgir a partir do século XV. Não podemos pensar que a família em si não existia; a família subsistia no silêncio, não se conferia um

valor suficiente a ela. Nessa época, as relações sociais e a vida pública eram tão presentes que se mesclavam, se confundiam ao ambiente familiar; não havia lugar para um setor privado. Assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes era a função da família.

No final do século XVII e início do século XVIII transformações marcam a história da família, com a introdução da escola como instituição. Nesse momento a criança foi separada dos adultos e mantida à distância. E essa separação só foi possível pela cumplicidade sentimental das famílias: a família torna-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos.

A família deixa de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome e assume uma função moral e espiritual. Em um espaço mais privatizado surge um sentimento novo entre os membros da família: o sentimento de família (Ariès, 1978).

No Brasil, as famílias sofreram também profundas transformações, desde o Brasil Colônia até a atualidade. Segundo Costa (1979), as manifestações desse sentimento de intimidade, durante o Brasil Colônia, foram raras. Nas famílias, as dependências da casa para com o escravo e da família para com o pai excluía a vivência de privacidade.

Os escravos inibiam o convívio íntimo e ao pai era dado o direito de mandar em seus dependentes, determinando-lhes o grau de instrução e as escolhas profissionais, afetivas e sexuais. A ausência de intimidade não permitia o aparecimento das individualidades.

Nesse período, todos os tipos de relação nessa família patriarcal eram dominadas pelos interesses econômicos. Nesse sentido, a mulher era dependente jurídica, afetiva, moral e religiosa do marido. Refletindo o regime econômico da época, a esposa se subordinava economicamente ao marido, permanecendo na maior parte do tempo confinada ao ambiente doméstico.

A família brasileira foi considerada como o resultado da “transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e com tendências conservadoras na sua essência” (Samara, 1998, p.7). Segundo a autora, o modelo patriarcal foi utilizado para caracterizar a família brasileira, apesar das variações que ocorriam em função do tempo, espaço, grupos sociais, dentre outras. Sendo assim, ainda que não possa ser usada para descrever a família brasileira, de modo geral, a família patriarcal

deixou, na sociedade, resquícios do seu modelo: poder público do homem, legitimado pelo trabalho externo, que o colocava numa posição de superioridade, com direitos civis e morais diferentes aos da mulher e dos filhos (Samara, 1998).

Ao longo do século XIX, o movimento higienista por meio da medicina doméstica, ao executar a política do Estado, promove a saúde física e moral das famílias. Esse movimento, para as famílias burguesas, segundo Diniz (2005) “implicava um estímulo à política populacionista e a reorganização da vida familiar em torno da conservação e educação das crianças” (p.138).

Esse movimento vem redefinir as formas de convivência familiar, ressignificando os papéis, as funções e os vínculos entre homens, mulheres, adultos e crianças. Diferentes modelos de comportamento masculino e feminino foram estimulados. Novas formas de sociabilidade foram impostas. Surge uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivências familiares domésticas, do tempo e das atividades femininas, da forma de pensar o amor. Todas essas mudanças acarretaram o declínio da antiga família patriarcal, desenvolvendo a família conjugal moderna (Costa, 1979; D’Incao, 1997).

Com a consolidação do capitalismo e de todas as mudanças nas relações sociais decorrentes dele, muitas transformações aconteceram na família e na modernização da sociedade. Segundo Figueira (1987), na sociedade brasileira, na década de 1950 o tipo de família que prevalecia, nos setores médios, era o “hierárquico”. A “família hierárquica” é relativamente organizada, o que não quer dizer que não contenha conflitos. É um modelo onde homem e mulher se percebem como “intrinsecamente diferentes”, diferença esta traduzida no tipo de roupa, linguagem, comportamento e sentimento considerado próprio de cada sexo.

Esse modelo de família caracterizava-se por uma ênfase na dicotomia público/privado, relativa às atividades do homem e da mulher. Distingua-se o trabalho produtivo remunerado do improdutivo, não remunerado, doméstico, invisível.

O desenvolvimento da temática da individualidade, trazendo os ideais de igualdade e liberdade, contestava a desigualdade de direitos, que se baseava no exercício de papéis segundo o gênero. Nesse sentido, trouxe conflitos na divisão sexual do trabalho e nos valores da família burguesa. A instituição do amor como valor moral no casamento colocava, no indivíduo, a responsabilidade pela escolha

acertada do cônjuge, pela satisfação das expectativas e pela indissolubilidade da família (Vaitsman, 1994).

De acordo com Singly (2007) a Revolução Francesa proporcionou a passagem da sociedade holista – na qual os indivíduos são definidos por seus laços familiares - para uma sociedade individualista – onde os indivíduos são valorizados como indivíduos, independentes das relações que o cercam. Sendo assim, deveriam buscar a individualização, tornando-se emancipados dos laços herdados do parentesco.

Nesse momento, quando o livre arbítrio e a felicidade pessoal aparecem como prioridade de vida, um novo tipo de contrato matrimonial se constitui: o casamento por amor. Figueira (1987) assinala que a partir do desenvolvimento do individualismo, dá-se a passagem do ideal hierárquico para o ideal igualitário. Homem e mulher passam a se perceberem como diferentes pessoas, mas como iguais, por serem indivíduos.

O autor aponta os grandes eixos de mudança, no que diz respeito à modernização da família, que foram a mudança do ideal de família – do ideal hierárquico para o ideal igualitário; a flexibilização das fronteiras entre as categorias de idade e de sexo, cujas diferenças antes delimitavam os espaços de forma rígida; e a psicologização da família, enfatizando o papel da psicanálise como discurso universalizante da valorização do indivíduo, muito importante, na classe média urbana. No entanto, como ainda é grande a divisão das responsabilidades entre os cônjuges e ainda há uma demarcação dos papéis de gênero, a mulher, permanece excluída deste processo de individualização.

O que pode-se afirmar é que a segunda metade do século XX é marcada por mudanças político-econômicas e comportamentais: possibilidade de maior penetração das mulheres da classe média no mercado de trabalho (o que altera os papéis familiares que concernem ao gênero); expansão de empregos, movimentos sociais, como o movimento hippie e o feminista. Com a adoção da pílula anticoncepcional, a sexualidade é desvinculada da reprodução. Além disso, os casamentos se modificam, há uma maior valorização da subjetividade e acontece a legitimação do divórcio, criando possibilidades de outras alternativas de satisfação nas relações afetivo-sexuais e pessoais, dentre outras (Coelho, 2006).

A partir do movimento feminista inicia-se um questionamento sobre a divisão de papéis com base nas diferenças entre os sexos, o que promove

mudanças tanto na identidade feminina como na masculina. A partir das pressões e exigências do mercado de trabalho e dos ideais defendidos nos últimos tempos, os anos que se seguem são marcados pelas múltiplas formas de se viver em família: cresceram as famílias divorciadas, separadas, informais, monoparentais, reconstituídas, recasadas, dentre outras, marcando uma flexibilização nos papéis e nas identidades masculina e feminina.

Segundo Bucher (1999), várias transformações ocorreram nas famílias, do ponto de vista da legislação. E essas mudanças respondem, em parte, à tradição vigente na cultura cristã, considerando como ideal de família, o casal estruturado pelo “laço do casamento, monogâmico, com crianças ou filhos de sangue ou por adoção, vivendo sob o mesmo teto” (p. 84). Uma vez que essa tradição está cada vez mais difícil de ser mantida, há, a partir das transformações na vida conjugal e familiar, também grandes transformações nas leis, legitimando o que de fato ocorre nas estruturas conjugais e familiares. A autora exemplifica as mudanças na Constituição no que diz respeito aos direitos da mulher, das uniões designadas como “uniões livres” ou “fora do casamento”, “dos filhos naturais”, dentre outras.

Um importante aspecto a se considerar é que as transformações mencionadas sustentam na contemporaneidade uma multiplicidade de novas formas de convivência familiar e conjugal que, muitas vezes, são interpretadas como crise da família quando podem estar expressando um processo de democratização.

Araújo (2009) sugere a denominação ‘família democrática’ para descrever esse novo modelo de organização familiar, guiado pelo ideal igualitário e por valores, discursos e práticas mais democráticas. Nesse nova configuração o poder e a autoridade de homens e mulheres são democratizados, podendo, segundo a autora, serem exercidos por ambos. Entretanto, a autora questiona a possibilidade da democratização e da igualdade nas relações contemporâneas, uma vez que, na prática, a incorporação dessas mudanças ainda é problemática.

Família pluralística é a denominação utilizada por Jablonski (2009) ao se referir ao modelo que surge no final do século XX, que aceita e convive com várias formas de arranjos não tradicionais e são, segundo o autor, mais igualitárias e flexíveis do que as anteriores.

Ao considerar a família contemporânea, Bucher (1999) aponta o surgimento das inseminações artificiais, dos doadores anônimos e bancos de

esperma, dos aluguéis de barrigas, das fecundações *in vitro* e das ameaças de clonagem do ser humano. Aumentaram as famílias compostas por apenas um indivíduo, as famílias monoparentais, as compostas de casais do mesmo sexo e de casais sem filhos. Aumentou, também, a idade média em que as pessoas se casam, principalmente as mulheres que, segundo dados do IBGE (2006), se casam com a idade média de 26,8 anos.

O declínio da família nuclear formada por um casal e seus filhos e a ascensão das famílias monoparentais femininas, o aumento das taxas de divórcio, dentre outros fatores citados retratam um acelerado processo de mudanças na estrutura das famílias brasileiras. Nesse processo de mudança pelo qual passa a família, novas práticas, negociações e arranjos vão sendo nela incorporados. Conviver com o novo e o tradicional parece ser característico dos processos sociais. Como afirma Passos, o novo e o velho estão sempre engendrados nas experiências de um sujeito ou de uma família, ainda que essa situação não seja visível (Passos, 2005)

Figueira (1987), ao falar sobre os efeitos da modernização da sociedade brasileira, discute seus reflexos no nível das mudanças de identidades e das vivências subjetivas. Sugere a existência de uma “modernização reativa” ou “falsa modernização”, que diz respeito a uma tentativa dos sujeitos de solucionar a desorientação e o conflito gerados pela velocidade com a qual se transforma a sociedade.

Segundo o autor, a aceleração das mudanças externas, promovidas pela modernização, entra em contradição com uma “inércia subjetiva”, com o tempo mais lento em que essas são integradas pelos sujeitos. Conviver com o arcaico (valores nos quais o indivíduo foi socializado), e com o novo (valores recentes que emergem na sociedade) é simultâneo e traz conflitos internos. Essas contradições entre ideais, identidades e normas emergentes é o “desmapeamento” do sujeito, conforme sugere Figueira (1987), que pode provocar inseguranças nas relações e transmissão de valores, desestabilizando a família.

A partir dessa revisão histórica, foi possível constatar a interferência dos fatores políticos, econômicos, históricos e sociais na estrutura e organização dos diversos modelos de família. E, ainda, evidenciar que cada modelo, traz em si, uma idéia sobre o lugar que o homem e a mulher ocupam na família.

3.2

Transformações da mulher - breve histórico

A mulher, junto com a família, também se transformou. Inseriu-se no espaço público, no mundo do trabalho. Conquistou direitos legais e conseguiu uma maior autonomia em suas escolhas afetivas. A partir do enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conjugais, mudou, também, as relações de poder.

A transformação do lugar da mulher está estreitamente vinculada à estruturação e reprodução da família. Observa-se, na história, que as relações entre gênero e família são marcadas pela constante emergência de novos valores e atitudes, promovendo novas formas de interação, que convivem com formas tradicionais e conservadoras de se relacionar.

Fazendo uma revisão histórica do lugar da mulher na família, evidencia-se que, no Brasil Colônia, de acordo com Araújo (1997) o objetivo maior das leis do Estado e da Igreja, dos pais, irmãos, tutores era abafar a sexualidade feminina, uma vez que do contrário, estariam ameaçados o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. Segundo o autor, esse “adestramento da sexualidade” pressupunha o respeito ao pai, ao marido e ainda, uma educação dirigida exclusivamente aos afazeres domésticos. Uma vez que a sexualidade para o prazer era condenada, o ato sexual destinava-se apenas à procriação de filhos, ou seja, “a mulher podia ser mãe, filha, religiosa, mas, de modo algum, amante”(p.73).

Assim, o objetivo principal do casamento era a reprodução, legitimado tanto pelas leis da Igreja como pelas leis do Estado, sendo o celibato evitado e desvalorizado e o concubinato, condenado, mesmo sendo, contraditoriamente, uma prática comum. Os casamentos arranjados por interesse e questões patrimoniais mostram a importância dos dotes, como o quinhão que a mulher levava para o casamento, descontado na partilha dos bens por herança. Após o casamento, esperava-se que a mulher se tornasse mãe. De acordo com Louro (1997) “a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher” (p.52); nesse momento entrava a figura do médico para reforçar na mulher a sua dependência do saber e do poder masculino.

Segundo Araújo (1997) as representações de família e das relações de gênero confirmavam um modelo de domínio-submissão, do público e do privado, formando as representações de identidade feminina e masculina. Para a mulher, as características de fragilidade, delicadeza, sentimentalismo e emocionalidade; para o homem, as características de fortaleza, dominação, racionalidade, como mantenedor da moral da família. Diversas eram as formas de controle da sexualidade feminina, o que fazia com que a mulher se submetesse aos padrões misóginos. Uma porcentagem muito pequena reagia com o exercício da sedução e da transgressão.

Há de se destacar o questionamento de Samara (1987) sobre a ênfase dada à polaridade entre a autoridade do marido e a dependência da mulher, no período colonial. A autora considera que essa visão de mulher subjugada ao marido diz respeito a um estereótipo que a historiografia tradicional sustenta. Ela assinala a realidade das mulheres pobres que possuíam diversas formas de trabalho objetivando garantir a sua sobrevivência.

Ainda assim, o que se evidencia é que havia uma nítida divisão de trabalho associada a critérios sexuais. As mulheres trabalhavam na tecelagem, na costura, como cozinheiras, doceiras, porém, não exerciam papéis políticos e administrativos. Destes trabalhos, eram excluídas, pois eram exclusivamente masculinos.

Como já visto anteriormente, durante os séculos XVIII e XIX, a modernização e o aburguesamento da sociedade exigiram um novo padrão de comportamento da mulher. Apresenta-se, assim, uma nova mulher nas relações da família burguesa, marcada pela valorização da intimidade e da maternidade.

Ao contrário da mulher da família tradicional, a “mulher moderna” deveria ser educada para o papel de mãe (educadora dos filhos) e de suporte do homem para que este pudesse exercer o trabalho fora de casa (mulher dedicada ao marido e sua companheira na vida social). Há uma ênfase na dicotomia público/privado, em relação às atividades do homem e da mulher; quando se distingue o trabalho produtivo remunerado do improdutivo – não remunerado, doméstico, invisível.

Esse modelo de família reforçava o papel da mulher esposa e mãe, centrado na esfera doméstica. À mulher cabia o papel de cuidadora da casa e das crianças. Ela passa a viver para o amor: amor aos seus filhos, a seu esposo e à sua casa. Centrada na criança, essa nova família burguesa impõe uma supervisão

constante sobre a mulher, principal responsável pela boa criação e educação dos filhos (Rocha Coutinho, 1994). Os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser muito valorizados nessa época quando da mulher se espera os cuidados da primeira educação dos filhos, não os deixando sob influência de amas, negras ou outras pessoas da rua.

Nesse modelo ainda mantém-se presente a hierarquia, na qual o homem tinha o poder sobre a mulher e os filhos. Mulheres e crianças são consideradas frágeis, delicadas, assexuadas, mais puras do que os homens e necessitando, assim, de sua proteção. Foram-lhe atribuídas tarefas especiais, tais como o serviço doméstico e os deveres escolares.

...consolida-se o discurso de natureza feminina – frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva – instalando o lugar feminino de esposa e mãe centrada no espaço doméstico. *Status* e renda familiar eram atribuições do trabalho remunerado do homem, uma vez que as atividades domésticas realizadas no âmbito familiar, estavam organizadas de maneira individual e privada, não caracterizando um trabalho (Rocha Coutinho, 1994).

Considerada base moral da sociedade, a mulher, esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. A virgindade era um requisito fundamental para o casamento. Essa mulher era ainda a responsável por ajudar a manter a posição social do marido por meio da imagem que transmitiam à sociedade (D’Incao, 1997).

Nesse período, uma das construções sociais mais persistentes foi a incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina. Segundo Louro (1997), a mulher era responsável pela manutenção de uma família saudável. É uma concepção de maternidade que dá à mulher uma autoridade sobre sua casa e seus filhos. Mas é também importante para o homem que passa a controlar sua mulher ainda melhor do que antes, pois, uma vez que ela está entregue aos filhos e à casa, não sofrerá qualquer tentação externa (Rocha Coutinho, 1994).

Com os novos conhecimentos da psicologia, acentuava-se a privacidade familiar e o amor materno como indispensáveis ao desenvolvimento físico e

emocional das crianças. O casamento e a maternidade eram constituídos como a verdadeira carreira feminina, uma vez que as atividades profissionais representavam um risco para as funções sociais das mulheres (Louro, 1997)

... o discurso da natureza feminina, os mitos da mulher-mãe, da passividade sexual das mulheres juntamente com seu correlato necessário da dupla moral sexual, e o discurso heróico do amor moderno trabalham eficaz e produtivamente, gerando suas significações imaginárias sociais para garantir o claustro no lar da mulher burguesa. Tais significações geraram os argumentos e estratégias institucionais específicas com que contará a modernidade para a produção-reprodução de um dos pilares da subjetividade feminina: o ser para os outros (Rocha Coutinho, 1994, p.35).

Com a expansão dos estudos universitários e o aumento dos empregos, a partir de 1955, houve uma maior penetração das mulheres da classe média no mercado de trabalho, na política e na cultura. Apesar do trabalho da mulher ser cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, que ainda era o “chefe da casa”. Há uma redefinição da divisão sexual do trabalho, com a saída da mulher do mundo doméstico, privado, para o mundo público: participação no trabalho, na política, na cultura. Entretanto, eram nítidos os preconceitos sobre o trabalho feminino nessa época (Vaitsman, 1994; Bassanezi, 1997; Coelho, 2006)

A idéia de incompatibilidade entre casamento e vida profissional ainda tinha muita força por ameaçar tanto a organização doméstica quanto a estabilidade do casamento. Outra ameaça era a perda da feminilidade e dos privilégios das mulheres garantidos pelos homens, quando entra no mundo competitivo das ocupações ora destinadas somente aos homens. Muitas vezes, as mulheres entravam em conflito com as visões tradicionais sobre os papéis femininos e com a nova realidade de poderem obter uma maior independência por meio da sua entrada no mundo do trabalho.

Bassanezi (1997) aponta que a mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade – instinto materno, pureza, resignação e doçura. A moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas

enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional.

Nesta perspectiva, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina. A feminilidade se expressava na maternidade e na vida doméstica, enquanto masculinidade era definida pela iniciativa, participação no mercado de trabalho, força e espírito de aventura.

Nesse período, o casamento era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras, que desde crianças eram educadas para serem boas mães e donas de casa exemplares. Essas jovens mulheres eram classificadas como “moças de família”- aquelas que respeitavam os pais, se comportavam adequadamente para o casamento, conservando sua inocência sexual e sua virgindade, ou como “moças levianas” – aquelas que se desviavam do “bom caminho”. Como a regra era a de que os homens escolhiam as esposas, eram as “de família” as que tinham chances de conseguir um bom casamento, até porque não se casar significava um fracasso social. A sexualidade lhes chegava marcada por censuras, preconceitos e ainda existia a possibilidade de uma gravidez indesejada, uma vez que a pílula anticoncepcional não havia se popularizado no Brasil. Romantismo e sensibilidade eram características especialmente femininas nesses “anos dourados”. Há uma valorização do amor romântico, mas associado ao casamento legal e à prole legítima (Bassanezi, 1997).

Apesar da idéia da reciprocidade do amor conjugal, era fato o desequilíbrio que existia entre o afeto e a dedicação exigidos do homem e da mulher. O casamento era visto como eterno, indissolúvel e a encarregada por sua manutenção era, principalmente, a mulher. Assim, responsável pela felicidade conjugal, primava por suas habilidades nas tarefas do lar, pela boa reputação de esposa e por sua capacidade de fazer a felicidade do marido. As insatisfações femininas eram, geralmente, desqualificadas.

Ao longo do século XX, apesar da diversidade étnica, geográfica, das diferenças de classes, da heterogeneidade de acesso ao mercado de trabalho, as mulheres brasileiras modificaram profundamente sua inserção social. Há que se destacar o movimento feminista, que marca o questionamento sobre a divisão de papéis com base nas diferenças entre os sexos, reivindicando, para a mulher, um lugar na política, autonomia da sexualidade, direito de gerir sua própria vida e de

lutar pela igualdade, reivindicações que questionaram o fato de a mulher ficar restrita ao domínio privado e à hierarquização da família nuclear.

... a mulher se descobre ou se quer, como sujeito de seu próprio corpo, de sua sexualidade, de sua vida – o que produz as mais diversas conseqüências políticas, econômicas, culturais. O feminismo arroga para as mulheres um espaço exclusivo de atuação política, de luta por seus interesses percebidos como específicos (Franchetto, Cavalcanti, Heilborn e Salem, 1981, p. 16).

Ocorrem, assim, mudanças tanto na identidade feminina como na masculina. O casamento ficou mais vulnerável em sua estabilidade, passa a ser submetido à satisfação pessoal, tanto no que se referia ao lugar dos filhos, sujeito de direitos, quanto ao lugar da mulher; o casamento passou a ser uma escolha individual. Entretanto, mesmo sendo opção do indivíduo, o casamento ainda significa compromisso, mesmo que haja diferença nas relações entre os gêneros, no que se refere à moral.

Em nome dos valores individualistas, cada membro do casal é estimulado ao próprio desenvolvimento e crescimento. Por outro lado, necessitam vivenciar a conjugalidade e os projetos conjugais. Então, o que ocorre é que nos casamentos contemporâneos, há mais viabilidade para os projetos individuais e, por se tratar de um projeto coletivo, a tensão se evidencia entre o valor da individualidade e da reciprocidade.

3.3

A mulher contemporânea

Diversas foram as mudanças no casamento, decorrentes das conquistas da emancipação feminina: a sexualidade desvinculada da reprodução; a autonomia econômica da mulher e a valorização de projetos individuais; a legitimação do divórcio, criando possibilidade de busca de satisfação em novos casamentos ou arranjos conjugais; a valorização das relações afetivo-sexuais e pessoais, ocupando um lugar de interesse dos casais como um aspecto importante para a duração da relação; as mudanças nas relações de poder entre homem e mulher, afirmando um ideal de igualdade e, como conseqüência, flexibilizando os

domínios feminino e masculino rigidamente demarcados, alterando o cotidiano das famílias, renegociando novos papéis; o surgimento de arranjos conjugais variados, desde o casamento como uma unidade familiar, de complementaridade entre os cônjuges, ao casamento como arranjos relacionais fragmentados e flexíveis (Coelho, 2006).

Nas últimas décadas observa-se a crescente importância do modelo monoparental feminino, quando há o aumento do divórcio e ainda o aumento do número de mães solteiras com filhos e mulheres chefes de família. Verifica-se, ainda, o crescimento de arranjos unipessoais, com propensão à opção de casais separados, de jovens solteiros e de mulheres viúvas viverem sozinhos e uma maior flexibilização tanto nos papéis como nas identidades masculina e feminina.

Mudanças ocorreram com relação à expressão da sexualidade que se desvincula da reprodução. Giddens (1993) conceitua o “relacionamento puro” como uma nova forma de relacionamento baseada na igualdade sexual e emocional, o que evidencia uma transformação da intimidade. O amor e o sexo passam a ser objeto e objetivo das relações democráticas, do diálogo, da valorização da relação em si. Hoje, embora a dupla moral ainda exista, os casais vivem uma sexualidade mais liberada; à mulher foi reconhecido o direito de uma maior satisfação sexual.

Por mais antigos que possam parecer o patriarcalismo e a dominação da mulher, é importante considerar que a identidade feminina e a masculina, longe de serem naturais, são produtos de processos e interesses históricos, econômicos e culturais. Os movimentos feministas, apesar de criticados por suas soluções e propostas radicais, modificaram consideravelmente as relações entre homem e mulher e o papel desempenhado por esta na família e na sociedade.

Muitas mulheres, hoje em dia, estão investindo em uma carreira profissional, ocupando, inclusive, posições de prestígio no espaço público. Entretanto, Rocha-Coutinho (2003) aponta que embora os mecanismos de exclusão, hoje em dia sejam mais sutis, as mulheres continuam a enfrentar barreiras em sua busca por empregos mais gratificantes. E que “essas barreiras, em grande parte, são decorrentes de estereótipos tradicionais de gênero que, apesar de terem sofrido mudanças nos últimos anos, continuam a reforçar a idéia de que mulheres e homens têm características distintas e foram “talhados” para tipos diferentes de trabalho” (p.59).

Ainda de acordo com a autora, uma das questões mais complexas e conflitantes para a mulher contemporânea continua a ser a da maternidade. É importante considerar que a aquisição de mais uma faceta de identidade pela mulher, a de trabalhadora, provocou inicialmente uma reação de desaprovação em relação à maternidade. Ao deixar as crianças e sair para o trabalho, as mulheres se encheram de culpa e foram condenadas pelos moralistas (Rocha Coutinho, 2005).

Essa mudança de relação mãe-filho provocou uma resposta que foi a aproximação do pai e da rede familiar – avós, outros parentes – e outras instituições como co-participantes no processo de socialização da criança, tendo a mulher e a sociedade de redefinirem seus papéis. Féres-Carneiro (2001) ressalta a redefinição dos papéis de homem e de mulher no casamento contemporâneo, a partir do momento em que as mulheres começaram a desempenhar funções sociais anteriormente concebidas como masculinas. Os homens passam a participar mais do ambiente doméstico embora vivenciem esta função como uma ajuda às mulheres.

Entretanto, uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges, no que se refere às responsabilidades domésticas e ao cuidado e educação dos filhos, parece persistir na contemporaneidade. A mulher é quem desempenha predominantemente o papel de cuidar e educar os filhos, das responsabilidades familiares e é quem executa maior número de tarefas domésticas. Jablonski (2007) aponta que “a distribuição de tarefas dentro de um lar ainda é bastante marcada pela divisão sexual, com as mulheres arcando com a maior parte delas” (p.209).

Rocha-Coutinho (2005) argumenta que apesar de todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, ainda persiste a crença de que “a unidade mãe-filho é básica, universal e psicologicamente mais apropriada tanto para o desenvolvimento sadio da criança quanto para a completude da mãe” (p.125). Pesquisas desenvolvidas pela autora confirmam que a maioria das mulheres vê a maternidade como essência da condição feminina; afirma que apesar do casamento ideal ser descrito como aquele em que homem e mulher devem se responsabilizar igualmente pelos cuidados com a casa, educação dos filhos, provimento emocional e financeiro da família, tanto os homens como as mulheres ainda acreditam que a casa e os filhos são responsabilidade da mulher enquanto que o provimento financeiro é de responsabilidade do homem (Rocha Coutinho, 2007).

De acordo com Oliveira (2005), a função de provedor continua sendo associada à figura masculina. A pessoa de referência na família contemporânea é o homem e, assim, a mulher continua sendo socialmente percebida como não-provedora e, portanto, não faz jus à uma remuneração que acompanha o seu papel como “chefe” na família. Segundo a autora, hoje existe um tipo diferente de dominação de gênero, distinto do poder masculino exercido durante a sociedade patriarcal. As mulheres estão cada vez mais integradas ao espaço público, tanto como trabalhadoras, como co-provedoras ou provedoras principais; entretanto, no plano simbólico, o feminino está associado ao espaço privado da família.

Em trabalhos com mulheres executivas profissionalmente bem sucedidas, Rocha-Coutinho observou que com a chegada da maternidade, a mulher prioriza as responsabilidades com a família e procura proceder a um ajuste visando conciliar família e vida profissional. Parece, assim, que, no espaço doméstico, pouca coisa mudou – a identidade feminina permanece associada à maternidade, algo essencial à condição feminina que completa e dá sentido à vida da mulher (Rocha-Coutinho, 2007).

O casamento também sofreu transformações. A partir da legitimação do divórcio, a mulher não mais permanece em casamentos insatisfatórios e busca relações mais igualitárias. Jablonski (2001, 2003) e Féres-Carneiro (2001) verificaram em suas pesquisas que as mulheres estão mais insatisfeitas com o casamento que os homens, e são elas que procuram mais a dissolução dessa relação. Em suas análises, consideram a insatisfação como produto da frustração proveniente de promessas de igualdade não cumpridas, uma vez que seus horizontes foram alargados, mas as desigualdades entre os gêneros continuam ainda muito presentes, mantendo diferenças em relação aos direitos, oportunidades e conquistas sociais.

Em pesquisas sobre a concepção de homens e mulheres sobre o casamento e a conjugalidade, Féres-Carneiro (2001) constata que apesar de homens e mulheres ressaltarem a importância da individualidade na relação e da necessidade de compartilhar e dividir, somente as mulheres tornam explícitas as dificuldades que vivenciam decorrentes do conflito individualidade/conjugalidade na vida a dois. Observa ainda que os homens, de um modo geral, estão mais acomodados nos casamentos, enquanto que as mulheres estão buscando transformações que possam viabilizar mudanças na relação conjugal.

Atualmente, a mulher tem novos horizontes também na forma de amar. Goldemberg (2006), em pesquisa realizada, assinala que só 30% das mulheres se enquadram no modelo tradicional de família (pai provedor/mãe dona de casa) e 70% buscam caminhos alternativos. Argumenta que o casamento hoje é mais uma escolha do que um destino predeterminado e ainda que, o principal problema dos relacionamentos é o ciúme e o segundo, a infidelidade. As razões para a infidelidade mais apontadas pelas mulheres foram, segundo a antropóloga: falta de amor, insatisfação, crise ou problemas do relacionamento. Um dos paradoxos revelado nos discursos de homens e mulheres foi, por um lado terem apontado ciúme e infidelidade como os principais problemas vividos nos relacionamentos amorosos e, por outro, exigirem sinceridade, lealdade e franqueza absoluta em seus relacionamentos. Os pesquisados reivindicavam valores românticos, tais como sinceridade absoluta, cumplicidade, interdependência e complementaridade, ao mesmo tempo que ressaltaram os ideais de liberdade e individualidade – privacidade, independência, autonomia. Consta-se, assim, a contradição entre a permanência de valores tradicionais – estabilidade, segurança e fidelidade e outros contemporâneos – experimentação, autonomia, independência.

De acordo com Goldemberg (2006), em seus estudos sobre o “jogo da traição”, as mulheres só traem quando se envolvem emocionalmente com outro homem e usam a insatisfação com o casamento para justificá-la. Ou seja, “a traição feminina precisa de uma justificativa que passa pela culpabilização do homem” (p.285), as mulheres parecem não se sentirem sujeitos da sua traição.

Ao discorrer sobre as diversas tarefas assumidas pela mulher contemporânea, Jablonski (2007) sugere o que chamou de “a tripla jornada de trabalho”, incluindo também os “gastos em tempo e energia na esfera dos cuidados em torno da beleza” (p.213). Goldemberg (2007) pontua que a preocupação com determinado modelo de corpo tornou-se um marco importante no Brasil contemporâneo. Enfatiza que nestas últimas décadas, a preocupação com o corpo cresceu muito, “com novos modelos de mulher a serem imitados: cada vez mais jovens, belas e magras” (p.25). Tem-se por um lado o corpo da mulher que se emancipou amplamente de suas antigas servidões – sexuais, procriadoras ou indumentárias; de outro, encontra-se, na atualidade, submetido a coerções estéticas mais regulares que geram tanta ou mais ansiedade do que antigamente. A autora conclui que “vivemos um equilíbrio de antagonismos: um

dos momentos de maior independência e liberdade femininas é também aquele em que um alto grau de controle em relação ao corpo se impõe à mulher brasileira” (p.28).

O fato é que as mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira, a partir da última metade do século XX, afetaram significativamente a família e o casamento, emergindo uma demanda de novos comportamentos do homem e da mulher. Foram muitas as mudanças políticas, econômicas e históricas e diversas as conquistas femininas, entretanto a questão do papel e da posição da mulher na família e na sociedade ainda está em transformação. As mulheres, hoje em dia, são educadas para crescerem profissionalmente, para buscar o sucesso profissional e para valorizar sua independência financeira. Mas ainda são educadas para serem primordialmente esposa e mãe, base de sustentação da família.

Observa-se a coexistência de dois tipos de expectativa com relação às mulheres: de um lado, aquelas que se tornaram possíveis com o processo de industrialização – individualidade, sucesso e realização pessoal e profissional, igualdade entre os sexos, por exemplo – e, de outro, aquelas expectativas ligadas à antiga tradição patriarcal – o domínio público pertence aos homens, o provimento das necessidades financeiras da família é atribuição dos mesmos, as mulheres são responsáveis pelo cuidado com os filhos e pela vida familiar harmoniosa, entre outras (Rocha Coutinho, 2007).

Um grande desafio para a mulher contemporânea é conseguir conciliar maternidade, relacionamento afetivo-sexual gratificante e carreira profissional bem sucedida. Influenciadas pela socialização tradicional, a mulher se vê em conflito entre os papéis tradicionalmente atribuídos a ela e os novos que lhe são impostos.

Rocha-Coutinho (2007) observa que as mulheres nem sempre percebem esse conflito, uma vez que a maioria aprende, desde criança, a manter separadas a esfera de realização profissional – trabalho e a doméstica – casa. Desde meninas são encorajadas a ter sucesso na escola e a se prepararem para um trabalho no futuro, mas também, há a expectativa de que sejam mães. No decorrer de suas vidas podem perceber essas expectativas contraditórias e se sentirem descontentes com as responsabilidades desiguais ou culpadas por não estarem conseguindo satisfazer o nível exigido por elas. Na luta pela igualdade de direitos nos

relacionamentos amorosos e na sociedade, assumiu diversos papéis e se sente sobrecarregada ao desempenhá-los fora e dentro do lar.

Analisando as mulheres nos casamentos de dupla carreira, Meirelles (2008) corrobora as ideias acima expostas. Pontua que tem aumentado significativamente o número de mulheres que buscam trabalhos extradomiciliares, e que elas têm atuado em áreas antes restritas aos homens. Assinala que estas mulheres lutam por melhores condições de desenvolvimento da profissão e salarial, com o propósito de conciliarem trabalho ou carreira com a vida conjugal e familiar. Entretanto, conclui que esses esforços não trazem mudança significativa na qualidade de suas vidas, tendo em vista a sobrecarga de trabalho.

Coelho (2008) também discute a sobrecarga de trabalho da mulher contemporânea e afirma que na busca por um equilíbrio entre carreira, casamento, marido e filhos, de uma maneira diferente da tradicional, ela sofre com tudo isso, porque busca um ideal de perfeição como profissional, mãe e mulher e sente-se culpada por não atingi-lo. Corroborando essas idéias, Lipovetsky (2000) sugere que ao contrário do que ocorre com os homens, o compromisso total das mulheres com a carreira se dá, pelo menos parcialmente, em detrimento de seu papel familiar. O autor assinala que as responsabilidades com o trabalho vêm acompanhadas de conflito e culpa em relação às funções de mãe.

Assim, segundo Goldemberg (2006) a mulher contemporânea está cada vez mais insatisfeita. Ao sair do padrão de papel feminino limitado a esposa, mãe e dona de casa, sente-se no direito de querer mais das situações e dos relacionamentos – quer mais dela e do parceiro. Mas ainda fantasia o homem provedor da sociedade machista. Em pesquisas, a antropóloga constata que a liberdade é o que a mulher mais inveja no homem. Percebe-se um conflito entre o modelo tradicional e a vida real, em que ela quer trabalhar e ser independente. “Conciliar todas as demandas femininas de hoje exige demais da mulher” (p.283).

Pode-se afirmar que, no Brasil, as relações de gênero na família se transformaram. O modelo de família baseado nos papéis de homem-provedor e mulher-dona de casa em tempo integral sofreu intenso declínio. É inegável a perspectiva mais igualitária, marcada pelo enfraquecimento da hierarquia, pela aceitação de uma simetria maior nas relações de gênero, por uma maior aceitação da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Aconteceu uma importante revolução no casamento, na sexualidade e nos costumes e em resposta

às novas condições sociais, econômicas e culturais a família, e, nela, a mulher, se transformaram.

Apesar da ruptura com a tradição ter alcançado as mulheres e a família, as mudanças não foram e não são lineares. As relações entre gênero e familiares são marcadas pela emergência constante de novos valores e atitudes que propiciam dinâmicas inovadoras de interação, convivendo com formas tradicionais e conservadoras de perceber e de conduzir tais relações – encontros reprodutores de antigos conflitos e geradores de novos (Araújo e Scalon, 2005).

4

Heranças familiares: aspectos transgeracionais

4.1

A dinâmica familiar e a transgeracionalidade

A família, na dinâmica de suas relações, é formadora das identidades pessoais e sociais. É o espaço em que se desenvolve o sentimento de pertencimento e individuação. É a base da sociedade, encarregada de reproduzir e manter a organização social e seus valores, da transmissão da herança simbólica.

A literatura a respeito de herança é vasta, tanto na perspectiva sistêmica quanto na perspectiva psicanalítica, abrangendo os mais variados enfoques. Esse trabalho utiliza-se das contribuições dos estudos das famílias realizados por Ivan Boszormenyi-Nagy, Helm Stierling, James Framo, Murray Bowen, Maurizio Andolfi, Júlia Bucher, Adriana Wagner e Denise Falcke.

Sabe-se que na família, os hábitos, costumes, valores e padrões de comportamento são transmitidos e também questionados. Sendo a família um espaço de convivência de diferentes gerações, é o local onde pode ocorrer o diálogo entre as diferentes concepções de mundo, inclusive familiar, específicas de cada geração.

Em um sentido histórico, a geração torna-se a medida da mudança dos contextos econômico, social e cultural nos quais a família está inserida. Percebe-se, situando o período que cada geração viveu, que as vivências são marcadas pelo tempo, por épocas com repercussões importantes para a compreensão de questões vinculadas ao transgeracional. Nesse sentido, o sujeito é analisado como o produto de muitas heranças que ocorrem no interior de sua família, mas também da herança que ele recebe do contexto em que sua família está inserida no momento de seu nascimento e no período de seu desenvolvimento. Esse conjunto de heranças certamente contribuirá para a formação de sua identidade (Bucher, 2008).

Optamos por utilizar, neste estudo, o termo transgeracionalidade como aquele “representativo dos processos que são transmitidos pela família de uma geração a outra e se mantêm presentes ao longo da história familiar” (Falcke e

Wagner, 2005, p.26). Sendo assim, consideramos que desde a infância, as experiências vivenciadas com as figuras significativas do mundo familiar vão influenciando, sem que o sujeito perceba, as suas decisões e as suas escolhas afetivas, sexuais e profissionais, entre outras. São experiências que envolvem a cultura, a moral e os valores das gerações (Falcke e Wagner, 2005).

Falcke e Wagner (2005) apontam que é como se todas as pessoas possuíssem vozes familiares gravadas internamente. O que diferencia uma pessoa da outra seria o volume dessas vozes e sua influência sobre os indivíduos. Assim, podemos pensar que muitos acontecimentos de uma geração podem ser o reflexo dos acontecimentos da geração anterior; ou seja, os processos de transmissão transgeracional têm uma importância fundamental sobre a vida dos indivíduos. Pode-se afirmar que existe um “idioma” dentro de cada grupo familiar que estabelece a comunicação transgeracional e é por meio dele que as dificuldades e anseios dos pais são transmitidos aos seus filhos (Costa, 2002).

O estudo da transgeracionalidade implica na compreensão dos padrões familiares que se repetem de uma geração a outra. E esse padrão é definido a partir dos fenômenos de lealdades, valores, mitos, ritos e legados; esses fatores são considerados como uma força invisível que maneja as pessoas.

Na família, a lealdade marca o pertencimento a um grupo e aparece tanto como uma característica grupal, como também, sob forma de uma atitude individual; o seu grau irá depender da posição de cada indivíduo dentro do seu universo, o que se deve ao papel que foi delegado a cada membro da família, transgeracionalmente.

De acordo com Boszormenyi-Nagy e Spark (1973) a palavra lealdade deriva-se do vocábulo francês “loi”, que significa lei. Entretanto, assinalam que mais do que uma simples noção de uma conduta respeitosa da lei, a sua natureza reside na trama invisível de expectativas do grupo. Pressupõem que para ser um membro leal a um grupo, o indivíduo deve interiorizar as expectativas grupais e assumir uma série de atitudes a fim de cumprir os seus mandatos interiorizados.

Os autores ressaltam que as famílias têm suas próprias leis em forma de expectativas compartilhadas. Cada membro do grupo familiar encontra-se sujeito a expectativas que se cumprem ou não. Nos filhos pequenos essas expectativas se cumprem por meio de medidas disciplinares externas; naqueles filhos maiores ou adultos, elas se cumprem devido aos compromissos de lealdade internalizados.

Desta forma, o indivíduo pode se submeter-se tanto ao mandato das expectativas externas como às obrigações interiorizadas.

O conceito de lealdade é fundamental para compreender a estruturação relacional das famílias. Os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis, porém resistentes que mantêm unidos fragmentos complexos de conduta relacional nas famílias. O que parece ser uma conduta destrutiva e irritante por parte de um membro para com o outro, pode não ser experimentado como tal pelos outros participantes se a conduta se ajusta a uma lealdade familiar básica. Assim, por exemplo, dois irmãos podem levar ao extremo seu ciúme e rivalidade por causa dos pais, de maneira que o fracasso matrimonial destes fique mascarado. O filho inconscientemente parentalizado pode ser usado para saldar, mesmo que de forma tardia, as contas dos pais para com os próprios progenitores. É possível que um membro “enfermo” complemente de maneira eficaz o papel de outro membro socialmente criativo (Boszormenyi-Nagy e Spark, 1973).

O membro leal procura alinhar os seus interesses com os do grupo familiar, participando do delineamento dos objetivos da sua família e compartilhando o seu ponto de vista. Todas as pessoas da família adquirem um compromisso em relação às expectativas estruturadas do grupo, com um forte componente de obrigação ética. Pode-se dizer, então, que a lealdade é uma força que coloca o sujeito como um membro efetivo do seu grupo mas, que exige, em troca, o compromisso de obedecer às regras desse sistema, cumprindo com os mandatos que lhe são delegados.

A lealdade implica uma contabilidade de méritos familiares, termo utilizado por Boszormenyi-Nagy e Spark (1973) para definir o que cada um de seus membros pode esperar receber e o que deve dar à família. Torna-se um padrão de medida da idéia que a família tem da Justiça no âmbito familiar. A incapacidade de cumprir as obrigações gera sentimentos de culpa que constituem forças secundárias de regulação do sistema familiar.

Bucher (2008) acrescenta que a lealdade é um conceito central na obra de Boszormenyi-Nagy e que se refere a um sentimento de solidariedade e compromisso que unifica as necessidades e expectativas na família. É um tipo de vinculação que pode produzir uma configuração relacional mínima triangular: aquele que prefere, aquele que é preferido e aquele que não é preferido. Desta

forma, quando surge o conflito de lealdades, ou seja, quando a pessoa desenvolve lealdade a duas pessoas concorrentes, se instaura o conflito.

Segundo a autora, a lealdade invisível, ou a inconsciente, manifesta-se nos membros de uma família que ficam ligados às demandas também inconscientes de seus ancestrais, levando-os a uma fidelidade que vai até mesmo contra seus próprios desejos. Esse tipo de lealdade se organiza com base na formação de mitos e segredos, e pode percorrer mais de uma geração. Ela pode ser compreendida como uma tentativa mascarada de equilibrar as relações verticais (transgeracionais, por se estenderem por várias gerações) que interferem nas relações horizontais (agrupamento de membros da família que pertencem a uma mesma geração, ou seja, cônjuges, irmãos e irmãs, primos e primas).

Assim, para ser um membro leal a um grupo, o indivíduo deve interiorizar as expectativas grupais e assumir uma série de atitudes a fim de cumprir os seus mandatos. De acordo com Falcke e Wagner (2005) as lealdades mostram-se estreitamente interrelacionadas tanto com a configuração como com a estruturação da família, criando laços entre as gerações.

Outro conceito desenvolvido por Boszormenyi-Nagy e Spark (1973) é o da parentificação que consiste na atribuição do papel parental a um ou mais filhos no sistema familiar. É uma atitude de um adulto transformando uma criança em alguém cujas exigências estão acima da sua capacidade cronológica. Essa ação implica uma inversão de papéis que pode perturbar a fronteira. A parentificação pode fazer a criança perder a confiança em si mesma, quando não consegue realizar as expectativas apresentadas pelos adultos.

Ainda segundo Boszormenyi-Nagy, cada família traz consigo um mandato transgeracional cujo legado compreende tanto elementos positivos quanto negativos. Bucher (2008), discutindo esse conceito, assinala que o legado é o mandato transgeracional que transita entre as gerações na dimensão psíquica, e que, na maioria das vezes, se passa em nível inconsciente. Pontua que a herança recebida de uma geração cria obrigações em relação a seu doador, estabelecendo um vínculo entre o que dá e o que recebe.

Nesse sentido, o legado assegura a sobrevivência não só transgeracional, mas também é facilitador da sobrevivência da espécie humana. Entretanto, o legado pode estar sobrecarregado de conteúdos disfuncionais. Sendo assim, não se justifica a sua transmissão; havendo sim a necessidade de não perpetuar esse

problema, visando contribuir para a saúde mental da família e das gerações seguintes (Penso e Costa, 2008).

Bucher aponta para o duplo sentido do verbo delegare, proposto por Stierlin, ao aprofundar o tema da delegação desenvolvido por Boszormenyi-Nagy e Spark (1973). Parte do duplo sentido do verbo *delegare* que significa ao mesmo tempo enviar e confiar uma missão. Esse conceito implica que a pessoa delegada é enviada por sua família para cumprir uma missão, e ao mesmo tempo, é a ela ligada por um processo de lealdade. Há um vínculo de lealdade que une aquele que delega àquele que é delegado.

A autora ressalta ainda que o vínculo de lealdade toma forma na intimidade da relação pais filhos, sobretudo mãe e filho. Chama atenção ao fato de que os próprios pais, muitas vezes, delegam aos seus filhos fardos que carregam de decepções, necessidade de amor, frustrações ou traumatismos. De forma sufocante, os pais podem procurar satisfazer nos filhos algo que não puderam cumprir.

Destaca-se ainda, no que se refere ao processo de transmissão transgeracional, o trabalho desenvolvido por Murray Bowen ressaltando os conceitos de individuação, diferenciação, triangulação, projeção e transmissão multigeracional, que muito contribuíram para o conhecimento da transgeracionalidade (Bowen, 1970, 1978, 1998).

O modelo proposto por Bowen, desenvolvido a partir de seus estudos baseados na relação mãe-filho, parte da ideia de que a família é uma unidade emocional. Essa emoção torna-se um movimento flexível da família como um sistema e suas partes. Conforme Bowen, a família continua conosco onde quer que estejamos.

O autor desenvolveu conceitos importantes para a compreensão do sistema emocional da família. A partir desses conceitos, sua teoria descreve de que forma a família, como uma rede multigeracional de relacionamentos, molda a interação entre individualidade e proximidade. De acordo com Bowen são duas as variáveis que exercem influências sobre o sistema emocional humano: o conceito de diferenciação do *self* e a ansiedade.

A “diferenciação do *self*” é um conceito fundamental que permite que cada membro da família se diferencie de seu sistema de origem. Nichols e Schwartz (2007) definem que é a capacidade de pensar e refletir, de não responder

automaticamente a pressões emocionais, internas ou externas. É a capacidade de, diante da ansiedade, conseguir agir sabiamente.

De acordo com as ideias de Bowen, as pessoas possuem diferentes níveis de diferenciação do *self*; várias experiências de vida podem elevar ou abaixar o nível de funcionamento do *self*, mas muito poucas podem alterar o nível básico de diferenciação adquirido junto à família parental. Bowen observa que há algumas estruturas familiares com tamanha dificuldade de diferenciação que são definidas como “massa indiferenciada do ego familiar” ou “grude emocional”, e, com deficiência na discriminação do *self*, o que leva a um caos cognitivo coletivo e a uma “fusão” (Bowen, 1970; Nichols e Schwartz, 2007).

Entretanto o autor sustenta que a ansiedade é a maior entre as variáveis que afetam a operação do sistema emocional humano. Dividiu entre ansiedade aguda, que se constitui na resposta do organismo a uma ameaça real, e a ansiedade crônica, que se refere a um estado orgânico que existe, independente de uma situação específica.

Papero (1998) assinala que a ansiedade crônica parece ser transmitida por gerações na forma como o indivíduo percebe e interpreta o mundo e também como reativamente se comporta. Representa uma programação do sistema emocional do indivíduo. O autor sugere que as relações estabelecidas entre a criança e os responsáveis por ela têm fundamental importância no desenvolvimento e na transmissão deste tipo de ansiedade. Desta maneira, é na família que a ansiedade se evidencia, quando os sintomas crônicos de relacionamento e posturas denunciam a sua presença. O autor ainda destaca que cada geração, em uma determinada família, recebe o legado de um determinado nível de ansiedade crônica, deixado pela geração precedente e seu desenvolvimento (aumento ou diminuição) irá depender de cada pessoa e de cada grupo familiar.

Bowen também desenvolveu a teoria dos triângulos, a partir da observação da ansiedade no sistema familiar. Segundo ele, em resposta à ansiedade, os relacionamentos são influenciados por terceiras pessoas. Nos sistemas familiares o fenômeno da triangulação ocorre com muita frequência, podendo gerar ansiedade ou, também podendo equilibrar o estresse na relação. O autor assinala que o padrão de funcionamento de um triângulo é o mesmo em todo sistema emocional. Sendo assim, quanto mais baixo o nível de diferenciação e quanto mais

importante a relação, mais intensos os padrões; em níveis mais elevados de diferenciação e em relações mais periféricas, os padrões ficam menos intensos.

Quando o grupo familiar está livre de ansiedade, os triângulos podem não ser observados. As pessoas funcionam em pares, acolhendo sem esforços os demais. No entanto, dependendo do nível da ansiedade, aparecem os triângulos característicos e sua natureza repetitiva os torna previsíveis.

Bowen ainda descreveu o processo de projeção familiar e observou, também, a posição de nascimento dos irmãos. Ao se referir à projeção no interior da família apresenta o processo pelo qual os pais transmitem o grau de diferenciação que atingiram aos filhos, de maneira diferente a cada um deles. As crianças podem sair de seu processo de desenvolvimento com um grau de diferenciação maior, do mesmo nível ou mais baixo do que os pais, dependendo da ansiedade a qual foram expostos. O padrão mais comum que ocorre é aquele em que o filho é o objeto desse processo de projeção, atingindo a menor diferenciação do *self* e se tornando o mais vulnerável a problemas (Bowen, 1970; Nichols e Schwartz, 2007; Bucher, 2008).

O autor também abordou a questão da posição na fratria, nas dinâmicas de personalidade e nas relações entre irmãos, oferecendo uma perspectiva importante para se reconsiderar a noção familiar da rivalidade entre irmãos (Bowen, 1970; Nichols, 2007; Bucher, 2008). Entretanto, o conceito de Bowen que mais contribuiu para o fenômeno da transgeracionalidade foi o processo de transmissão multigeracional, que descreve a transmissão dos esquemas familiares de geração para geração.

Nichols e Schwartz (2007) apontam que esse conceito descreve a transmissão de ansiedade de geração para geração, pois em cada geração, o filho mais envolvido na fusão familiar avança para um nível mais baixo de diferenciação do *self* (e uma ansiedade crônica), enquanto o filho menos envolvido avança para um nível mais elevado de diferenciação (e menor ansiedade). Desta forma, o nível de diferenciação pode aumentar ou diminuir dentro de uma família por várias gerações. Os autores acrescentam que a teoria do Bowen ultrapassa dizer que o passado influencia o presente, pois ela mais do que isso, especifica o caminho ao longo do qual os processos emocionais são transmitidos através das gerações.

Uma das contribuições ao fenômeno do transgeracional, então, trazidas por Bowen (1978) foi a sua observação de que os esquemas familiares se repetem de geração em geração; os papéis, os triângulos que se formam no interior da família, são esquemas geralmente inconscientes, que se reativam através das gerações. Consta-se, analisando os fenômenos transgeracionais, que estes não se expressam de forma isolada na dinâmica familiar pois estão em um processo contínuo de interação.

Sendo esse processo de transmissão dos padrões de relacionamento muito visível nas relações conjugais, alguns terapeutas de família desenvolveram modelos de terapia conjugal incluindo as famílias de origem. Framo (1999) considera que é preciso incluir três gerações no trabalho com casais ou famílias uma vez que as atuais dificuldades conjugais, pessoais, e parentais são esforços de reparação para corrigir, controlar, defender-se e apagar antigos e perturbadores paradigmas relacionais ligados à família de origem. O autor afirma que as forças transgeracionais veladas exercem uma influência crítica sobre as relações íntimas atuais.

Influenciadas pelos conceitos da teoria boweniana, Carter e McGoldrick (1995) acrescentaram o ponto de vista multigeracional ao seu trabalho sobre as fases distintas para o ciclo de vida da família atual. Argumentaram que a passagem pelas várias etapas do ciclo de vida e a forma de lidar com as crises dependem dos recursos da família nuclear, mas também dos legados familiares de outras gerações, isto é, da maneira como as gerações anteriores resolveram essas mesmas crises. Consideram, assim, que o padrão dominante de família nuclear é um subsistema emocional reagindo aos relacionamentos passados e se baseiam no modelo mítico que perpassa as gerações.

Assim sendo, é de grande importância compreender os mitos familiares como transmissores de padrões relacionais multigeracionais. O conceito de mito na terapia familiar pressupõe que a família tem um modelo mítico que protege o sistema contra a ameaça de destruição e caos. De acordo com Ferreira (1963), o mito tende a manter e até aumentar o nível de organização da família, estabelecendo padrões que se autoperpetuam. O mito é um elemento organizador, com a finalidade de garantir a coesão interna e proteção externa da família. Segundo Falcke e Wagner (2005) os mitos, como condutores das histórias nas

famílias, deixam claro quais tipos de comportamentos são esperados dos membros familiares, quais são aceitáveis e quais são proibidos.

O mito familiar é um sistema de crenças que diz respeito aos membros de uma família, seus papéis e suas atribuições em suas transações recíprocas; é constituído de convicções compartilhadas pelo conjunto de pessoas que integram esse sistema e são aceitas *a priori*, mesmo quando irrealis, como uma coisa sagrada e tabu; serve como mecanismo homeostático, tendo por função manter a coesão grupal e fortalecer a manutenção dos papéis sociais de cada um. Por esta razão, dificulta e até impede o sistema familiar de se deteriorar ou até de se destruir (Ferreira, 1963; Bucher, 1985).

Em todas as famílias, o mito familiar está presente, definindo as regras, as crenças e os papéis dentro delas, ditando sua forma de funcionamento e mantendo sua coesão. E é a memória familiar que vai garantir a sua reprodução simbólica ao longo das gerações, lembrando o mito fundador da célula familiar. Assim, as famílias selecionam o que consideram importante ser compartilhado por todos os seus membros e essas informações são transmitidas ao longo das gerações (Penso, Costa e Ribeiro, 2008).

A memória familiar permite que a família defina os rituais que organizam as relações entre os seus membros; os rituais são produtos da tradição e têm como função primordial transmitir e perpetuar o mito familiar. Tanto os mitos quanto os ritos são fundamentais no desenvolvimento da família, fornecendo um sentido de pertencimento; entretanto, necessitam ser suficientemente flexíveis para se transformarem, ao longo do tempo. Na medida em que provocam uma repetição estereotipada das relações e comportamentos de forma transgeracional, os mitos podem dificultar o desenvolvimento de novos padrões.

No estudo dos mitos familiares e de sua transmissão por meio da memória e dos ritos familiares, observa-se que eles delegam a cada membro da família um papel e um destino bem precisos. A delegação procura dar uma significação à vida, definir para as gerações seguintes os principais aspectos da família atual e o que se espera que tenha continuidade (Boszormeny-Nagy, 1973).

Tem-se, então, que o processo transgeracional implica na idéia de trazer como referência os modelos familiares e sociais experimentados historicamente. Mesmo havendo a possibilidade de que estes modelos sejam repetidos,

contrariados ou transformados, de qualquer forma, cada uma destas alternativas parte dos padrões de relação conhecidos.

Há de se destacar ainda o trabalho de Maurizio Andolfi, com uma visão da família multigeracional como uma rede relacional de papel fundamental na vida do indivíduo. Andolfi (1998) propõe uma abordagem clínica trigeracional que leva em conta a dimensão histórico-evolutiva do sistema familiar. Considera importante a história pessoal do paciente, mas também a de seus pais e a das relações que estes mantêm entre si e com suas famílias de origem. De acordo com o autor quanto mais as relações da família de origem se encontram isentas de elementos conflituosos não resolvidos, mais a escolha de um parceiro é livre. Assim, ao se considerar a família de origem como um modelo de aprendizagem, pode-se pensar nas relações nela desenvolvidas exercendo forte influência sobre as relações íntimas atuais. Nessa perspectiva, em cada casal não existem apenas um homem e uma mulher unidos, mas dois sistemas familiares. É do encadeamento das histórias pessoais dos parceiros que se cria uma nova família (Boszormenyi-Nagy e Spark, 1973; Andolfi, 1998).

Andolfi (1998) retoma os conceitos de mandato ou legado familiar proposto por Stierling para descrever o modo como os pais designam um papel e deveres para seus filhos. Segundo o autor este mandato representa o traço de união entre o mito familiar e a maneira como este irá se expressar pelas expectativas de cada membro da família e, principalmente, pelo intermédio dos pais. Ainda de acordo com esse autor, as relações atuais se enraízam nas famílias de origem de cada um; elas são sobrecarregadas pelo peso das ligações com as gerações passadas e das quais os indivíduos nelas envolvidos não têm consciência.

4.2

Transgeracionalidade e educação

Ao longo da história, a educação dos filhos passou por inúmeras transformações. Foram mudanças geradas pelas modificações pelas quais a família passou, questionando e redefinindo suas relações afetivas e sexuais, suas ideias e comportamentos e que têm como consequência um novo conjunto de

representações acerca do funcionamento e estrutura familiar, principalmente entre gerações diferentes.

Como o processo de mudança social é contínuo, algumas dimensões e tendências da orientação social se apresentam nas mudanças da família, como a do ideal hierárquico para o ideal igualitário. Rocha Coutinho (2006) aponta como uma das mudanças na estruturação das famílias, uma maior valorização da vida pessoal e subjetiva de seus membros em substituição às rígidas posições hierárquicas tradicionais.

Segundo a autora, são questionadas as diferenças de papéis e posições de homens e mulheres e as relações autoritárias entre pais e filhos, quando são estabelecidas nas famílias, relações mais igualitárias, baseadas no diálogo e não na imposição autoritária. Nesse sentido, o diálogo e o respeito começam a substituir a obediência e o respeito hierárquico.

Na família de orientação hierárquica, definida e legitimada pelas posições que seus membros ocupavam, pelo sexo (masculino e feminino) e pela idade (adulto e criança) existia uma distância posicional e afetiva, que demarcava rigidamente as fronteiras entre pais e filhos, marido e mulher. Uma vez que este modelo tenha sido abalado, abre-se espaço para uma proximidade, o que flexibiliza as fronteiras entre eles.

Romanelli (2006) assinala que essa mudança do significado das relações de autoridade na família decorre do individualismo e das mudanças nas relações de gênero. O individualismo traz a valorização do sujeito psicológico, independente da posição que ocupa, todos os membros da família são considerados seres de direito; muda o significado dado aos lugares da mulher e da criança, uma vez que estes passam a ser valorizados como pessoas e não pelas diferenças de gênero e idade.

O individualismo traz uma profunda mudança nas relações de gênero, havendo uma renegociação dos papéis masculino e feminino. As relações parentais também tornam-se mais fluidas, o que permite uma negociação entre as gerações, em que ambos os pais (pai e mãe) têm autoridade, e, os filhos, reconhecimento de suas individualidades. As relações de poder mudam de um poder imposto para um poder negociado. As relações intergeracionais são enfatizadas pelas relações puras, com maior valor ao diálogo (Coelho, 2006).

Benincá e Gomes (1998) assinalam que a família tradicional, percebida como estável, fornecia o código moral em posições e papéis segregados e complementares de pai, mãe e filhos, como também o permitido e o proibido para os ocupantes de cada posição. Os sujeitos internalizavam um código moral rígido e bem demarcado. Com a transformação da família, esta fica incerta quanto às regras a seguir, o que traz, como consequência, um novo conjunto de representações acerca do funcionamento e estrutura familiar, principalmente entre gerações diferentes.

A abertura ao diálogo propiciou uma melhoria na comunicação emocional. Uma vez que as certezas dos valores se abalaram, trouxe, também, insegurança e indefinições, quando os pais, ambivalentes, deixam aos filhos o direito às escolhas desligadas das consequências e responsabilidades decorrentes delas, o que retarda o exercício de sua autonomia.

O que se observa na atualidade é que novos conhecimentos e, com eles, novas demandas, impulsionaram o processo de atualização da família. Desta forma, as experiências do passado vão servir como um referencial que pode ser repetido, transformado ou negado na construção de novas relações familiares entre pais e filhos.

Wagner, Predebon e Falcke (2005) constataram que na perspectiva da transgeracionalidade social, se pensarmos na dinâmica de transmissão de valores, legados, crenças e mitos, evidencia-se, nas famílias contemporâneas, a tentativa de negação do passado. De qualquer forma, o que se observa, assim, é que o registro do passado está ainda servindo como referencial, mesmo que na forma de transformação ou negação e não na forma de repetição.

O fenômeno da transgeracionalidade social foi nomeado pelas autoras para se referir aos aspectos que perpassam a história e se mantêm ao longo da evolução da sociedade. É um conceito que abarca o processo de transmissão de valores, crenças e legados sociais que são repassados a cada nova geração, por meio da definição dos padrões de comportamentos esperados ou proibidos, assim como, da exigência de aceitação e comprometimento com os mesmos (Zordan, Falcke e Wagner, 2005).

Parece haver, na contemporaneidade, a coexistência de valores e padrões de comportamento tradicionais, muitas vezes em conflito, com novos valores e padrões de comportamento no interior da família. Portanto, o grupo familiar é

marcado por uma dinâmica intensa, exigindo de seus membros um constante exercício de repensar o presente e o futuro. É importante considerar que entre a necessidade e possibilidade de mudanças, situa-se a resistência ou a aceitação, que, não necessariamente precisam ser excludentes, mas sim interativas.

Wagner, Predebon e Falcke (2005) concluíram em estudos sobre os valores educativos com adultos jovens que o que é dito pelos pais ao longo da vida dos filhos pode funcionar como um balizador de condutas, valores e projetos pessoais. Pode, também, influenciar a forma como os sujeitos irão vivenciar determinadas situações no futuro. Entretanto, considerando que a transmissão de valores é um fenômeno que está inserido num contexto complexo, os filhos podem eleger valores similares aos dos pais, porém nunca idênticos. Pode-se considerar que ainda que os processos transgeracionais sejam, na maioria das vezes, abordados por uma perspectiva inconsciente, existe um movimento consciente dos sujeitos de reiterar e validar as suas vivências familiares, buscando perpetuar a educação recebida em sua família de origem.

Todas essas reflexões nos conduzem a pensar que a transmissão de questões transgeracionais referentes a valores, crenças, legados e mitos familiares são inevitáveis e fazem parte da própria estruturação do núcleo familiar, o que nos instiga a analisar esse processo na relação que se estabelece entre mãe e filha, no contexto contemporâneo.

5

A pesquisa de campo

Neste capítulo, apresenta-se a pesquisa qualitativa realizada junto a 9 mães, investigando, a partir das várias transformações pelas quais elas passaram, as representações que fazem do lugar da mulher e suas repercussões no projeto de vida que idealizam para suas filhas.

5.1

Participantes

5.1.1

Critérios para participação

Este estudo contou com a participação de nove mães, que foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: (1) mães pertencentes à camada sócio-econômica média e urbana da sociedade, moradoras da cidade do Rio de Janeiro; (2) que tenham pelo menos uma filha mulher com a idade de até 11 anos.

A opção pelo meio urbano se faz por acreditar que neste meio, em função das rápidas mudanças de valores, normas e crenças, pode-se encontrar a convivência, concomitante, de valores arcaicos e modernos. Além disso, Rocha Coutinho (1994) pontua que apesar deste processo de transformação de valores, crenças, modelos culturais atingir a sociedade como um todo, não parece operar de igual maneira sobre os sujeitos das diferentes camadas sociais.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, aos 12 anos de idade se inicia a adolescência. Nesta fase, na tentativa de estabelecer a auto-identidade, os adolescentes muitas vezes discordam das idéias, crenças e valores dos pais. Em um processo de identificação de gênero, eles emitem as suas opiniões sobre os seus sentimentos relativos ao ser homem ou mulher e tomam decisões em relação aos seus objetivos de vida (Carter, McGoldrick, 1995). Nesse sentido, optamos por selecionar mães de crianças, com idade inferior a 12 anos, na tentativa de ouvir e observar o discurso de cada uma delas com relação ao projeto de vida da sua filha, não influenciadas por aquilo que já faz parte de um projeto do próprio adolescente.

Cabe ressaltar que a escolha desses critérios justifica-se pela intenção de se formar uma amostra o mais homogênea possível, conferindo assim, maior consistência à pesquisa.

5.1.2

Características das mães participantes

Das nove mães entrevistadas, oito são casadas e uma é solteira. Todas elas residem em bairros da zona sul do Rio de Janeiro e todas as crianças frequentam escola particular também na Zona Sul. Das nove mães entrevistadas, oito possuem curso superior completo, sendo que três delas não exercem atividade extradomiciliar; só uma das mães entrevistadas ainda está cursando a Universidade, mas é proprietária de uma empresa, onde trabalha.

Os nomes reais dessas participantes foram mantidos em sigilo, na tentativa de garantir o anonimato das entrevistadas. Também foram omitidos trechos de depoimento mais pessoais, para que o leitor não tenha acesso à identidade dos sujeitos. Foram estipulados nomes fictícios para as crianças, quando as mães, em suas falas, citaram os seus nomes, para que pudéssemos nos referir a elas, sem identificá-las. Para as mães, optamos por utilizar a letra M(mãe) e, em seguida, o número de acordo com a ordem em que foram entrevistadas. Portanto, a primeira mãe entrevistada, foi nomeada com a letra M e com o número 1, e assim por diante.

M1

Idade: 44 anos

Naturalidade: Rio de Janeiro

Número de filhos: 4 (duas meninas - 8 e 15 anos e dois meninos – 11 e 14 anos)

Escolaridade: Superior completo

Atividade atual: Não exerce trabalho extradomiciliar desde a segunda gravidez

M2

Idade: 39 anos

Naturalidade: Porto Alegre

Número de filhos: 2 (duas meninas – 8 e 5 anos)

Escolaridade: Superior completo

Atividade atual: Não exerce trabalho extradomiciliar desde a primeira gravidez

M3

Idade: 40 anos

Naturalidade: Belo Horizonte

Número de filhos: 2 (uma menina – 8 anos e um menino – 5 anos)

Escolaridade: Superior completo

Atividade atual: Nunca exerceu trabalho extradomiciliar

M4

Idade: 42

Naturalidade: Rio de Janeiro

Número de filhos: 2 (uma menina – 8 anos e um menino – 4 anos)

Escolaridade: Superior completo / Especialização

Atividade atual: Empresária (trabalha desde os 19 anos, não modificou horário de trabalho depois do nascimento dos filhos)

M5

Idade: 45

Naturalidade: Rio de Janeiro

Número de filhos: 1 (uma filha – 8 anos)

Escolaridade: Superior completo

Atividade atual: Advogada (trabalha desde os 17 anos, não modificou horário de trabalho depois do nascimento da filha)

M6

Idade: 40 anos

Naturalidade: Rio de Janeiro

Número de filhos: 2 (uma menina – 8 anos e um menino – 13 anos)

Escolaridade: Superior completo / Especialização

Atividade atual: Publicitária (trabalha desde os 20 anos; não modificou horário de trabalho depois do nascimento dos filhos)

M7

Idade: 39

Naturalidade: Rio de Janeiro

Número de filhos: 3 (uma menina – 8 anos e dois meninos – 5 e 3 anos)

Escolaridade: Superior completo

Atividade atual: Médica (trabalha desde que se formou, reduziu a carga horária com o nascimento da primeira filha)

M8

Idade: 37

Naturalidade: Rio de Janeiro

Número de filhos: 2 (uma menina – 8 anos e um menino – 12 anos)

Escolaridade: Superior completo

Atividade atual: Professora de dança (começou a trabalhar antes do nascimento dos filhos, aumentou a carga horária de trabalho quando o primeiro filho tinha quase dois anos)

M9

Idade: 27 anos

Naturalidade: Rio de Janeiro

Número de filhos: 2 (duas meninas – 8 anos)

Escolaridade: Superior incompleto

Atividade atual: Empresária (trabalha desde os 22 anos, quando as filhas completaram 3 anos)

5.2**Abordagem Metodológica**

Optamos por utilizar o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS), desenvolvido por Ana Maria Nicolaci-da-Costa (2007). Trata-se de método qualitativo que, assim, como os seus similares, tem como objetivo ouvir detalhadamente aquilo que, em contextos naturais e da forma mais livre possível os entrevistados têm a dizer. Entretanto, o MEDS tem como objetivo adicional trazer à tona transformações e conflitos psicológicos que muitas vezes estão implícitos no discurso do entrevistado. Por não terem consciência desses conflitos, os entrevistados não os verbalizam explicitamente.

Pode-se dizer que um dos objetivos principais do MEDS é a investigação das transformações internas geradas por situações novas e/ou situações críticas, visando identificar diferentes opiniões, crenças, experiências, reações, sentimentos e conflitos conscientes e inconscientes trazidos pelos entrevistados em seus depoimentos. Esta abordagem se propõe a utilizar um foco preciso para a investigação em profundidade, e a utilização de um grupo reduzido de sujeitos (em torno de 20) com um perfil semelhante, recrutados a partir de definição prévia e

cuidadosa de um conjunto de características relevantes aos objetivos da investigação.

5.3

Entrevistas

Com o objetivo de conhecer a vivência dessas mulheres-mães, utilizamos entrevistas abertas como recurso metodológico para obtenção do conteúdo discursivo. Dessa maneira, as participantes tiveram a oportunidade de expressar, a partir dos seus relatos, as suas vivências, seus valores e as suas crenças.

Inicialmente foi construído um roteiro de entrevista, estruturado em sua concepção, ainda que flexível em sua aplicação. O roteiro constou de itens a partir dos quais foram geradas perguntas abertas, que comportavam qualquer tipo de resposta e perguntas fechadas, seguidas de questões de esclarecimento. A construção desse roteiro se deu a partir de conversas informais sobre a temática que seria investigada, que se desdobrou em entrevistas-piloto, até que finalmente foi desenvolvido o roteiro final para ser utilizado nas entrevistas.

As entrevistas aconteceram em horários negociados entre entrevistadora e entrevistadas, em ambientes nos quais as participantes se sentissem familiarizadas e à vontade. Todas as mães entrevistadas assinaram um termo de livre consentimento, constando informações sobre os objetivos da pesquisa, riscos que ela poderia representar para os participantes e sobre o uso que poderia ser feito do material coletado.

Com o roteiro estruturado em mãos, as entrevistas foram conduzidas de forma flexível, respeitando o fluxo de associações das entrevistadas; entretanto ficamos atentos para abordar todos os itens do roteiro. Todas as entrevistas foram gravadas, com o consentimento prévio das entrevistadas, e transcritas na íntegra para efeito de análise, preservando-se de forma mais fiel possível o que foi dito.

5.4

Demais instrumentos

Além das entrevistas (Anexo I) e do Termo de Consentimento (Anexo II), no intuito de complementar os dados da pesquisa, foram utilizados uma Folha de

Relatório (anexo III) e uma ficha de Dados Sociodemográficos (anexo IV). A Folha de Relatório tinha como função registrar os dados gerais da mãe entrevistada, possibilitando assim futuros contatos. Além disso, englobava dados gerais e específicos sobre a aplicação da entrevista, além de possuir um espaço cabível para observações. Esta folha deve ser mantida em sigilo, separada dos demais instrumentos, com o intuito de proteger a privacidade da entrevistada e da sua filha. Na Ficha de Dados Sócio-demográficos foram anotados idade, profissão e nível de escolaridade da mãe, assim como a idade e data de nascimento da criança em questão. Esta ficha possibilita uma visão geral de algumas características sócio-demográficas da população estudada. Todos os instrumentos acima descritos foram aplicados e preenchidos nos momentos iniciais do encontro entre a pesquisadora e a participante, antecipando, portanto, o início da entrevista propriamente dita.

5.5

Análise dos dados

Após serem desenvolvidas todas as entrevistas, realizamos a transcrição para que fossem submetidas às técnicas de análise de discurso propostas por Nicolaci-da-Costa (1989, 1994, 2007). Essa análise se divide em inter-participantes (na qual se busca identificar as principais tendências apresentadas pelo grupo de entrevistadas) e intra-participantes (onde cada entrevista é analisada individualmente), e devem ser realizadas repetidas vezes até que seja obtida uma interpretação aprofundada do material coletado. Só a partir desse movimento repetitivo entre as análises intra-participantes e inter-participantes é que é possível definir as categorias que melhor representam os resultados obtidos, conciliando uma visão panorâmica do grupo de sujeitos com o conhecimento em profundidade das “inconsistências, contradições, novos conceitos, novos usos de linguagem, no discurso de cada um dos participantes” (Nicolaci-da-Costa, 2007, p.69).

6

Resultados e discussão

A partir da análise dos relatos obtidos nas entrevistas, foram selecionados alguns temas recorrentes, que apareceram com maior frequência nas falas, formando as chamadas ‘categorias de análise’, que são apresentadas a seguir:

- 6.1. Expectativas em relação às filhas
- 6.2. Idéias sobre a influência da família e do meio nas escolhas das filhas
- 6.3. Percepções sobre papéis de gênero na família
- 6.4. Percepções sobre a transmissão transgeracional
- 6.5. Expectativas com relação à vivência da adolescência das filhas

6.1

Expectativas, desejos das mães em relação às filhas

Ser feliz

A partir das entrevistas, foi possível verificar as diferentes expectativas das mães em relação às filhas. “Ser feliz” foi uma das expectativas que apareceu como prioritária na análise dessa categoria; esteve presente no discurso de algumas mães, porém com definições diferentes para felicidade.

Na maioria das vezes, ao falar em “ser feliz” observamos uma grande preocupação e investimento da mãe na **educação acadêmica** das filhas. Preocupam-se em dar um suporte intelectual a elas, matriculando-as em boas escolas, bons cursos de línguas para que possam “*ser bem sucedidas no que escolherem*”(M1). Neste sentido, “ser feliz” vem relacionado ao sucesso acadêmico e profissional, mesmo que as mães digam se preocupar em não influenciá-las em suas escolhas futuras.

O “ser feliz” também apareceu associado à **constituição de uma família saudável**. Uma das mães entrevistadas deixou clara a importância que dá a uma família estável, com relacionamentos saudáveis entre o casal e os filhos.

“Eu acredito que a família é um alicerce... quem não tem uma família legal... acho que a pessoa fica muito perdida” (M7).

“(...) ser feliz... ter uma família saudável, ter uma família feliz... poder contar com aquela amizade da mãe...” (M1)

Um outro significado dado ao “ser feliz” pôde ser encontrado em uma fala associado à dimensão dos **valores morais e éticos**.

“(...) Eu não tenho muita expectativa não. Eu quero é que eles sejam felizes... Que sejam cidadãos, seres humanos dignos, assim... Que respeitem os outros, o próximo...” (M3)

Profissão

Nas nove entrevistas desenvolvidas observamos a preocupação das mães com relação à profissão da filhas. Além de projetarem uma **realização pessoal** associando profissão à aquisição de conhecimentos e crescimento pessoal, a profissão apareceu, na maioria das vezes relacionada à **independência financeira**. Para quatro das mães entrevistadas, a profissão apareceu em primeiro lugar nas expectativas que têm para as filhas.

“A minha expectativa com ela é primeiro ela estar profissionalmente muito bem equilibrada” (M5).

“(...) ela tem que ser independente, ela tem que ter a vida dela, tem que ter a carreira dela, o dinheiro dela pra ela não ficar dependendo” (M6).

“(...) ganhando razoavelmente bem pra ser independente (...) que ela estude, pra que ela consiga um bom trabalho, pra que ela não seja dependente de ninguém” (M1).

As entrevistadas muitas vezes parecem acreditar que o estudo vai garantir a profissão das filhas. Assim, valorizam e incentivam a formação acadêmica, imaginando dar todo o suporte intelectual para que, possam, no futuro, escolher o que queiram fazer.

“(...) a partir do momento que você coloca o seu filho em um bom colégio você esta dizendo para ele que você quer que ele estude... você procura um curso de inglês é porque você já está pensando no futuro do seu filho...”(M2).

“Estudar lá em casa é obrigação. Tem que estudar, não quero saber!”(M3).

“ Eu falo... não! Você tem que estudar sim”(M1).

Observa-se que valores como o estudo e a carreira profissional continuam

sendo aspectos de extrema relevância entre as famílias. São valores que estão cada vez mais destacados na sociedade contemporânea, uma vez que a competitividade no mercado de trabalho exige maior qualificação das pessoas. No presente trabalho, o estudo e a carreira profissional foram apontados, inclusive, pelas mães que não exercem uma profissão extradomiciliar.

Wagner, Predebon e Falcke (2005) corroboram esses achados em uma pesquisa realizada com adultos jovens em que analisavam a relação que estes estabelecem entre os valores que receberam de suas famílias e aquilo que desejam transmitir aos seus filhos. Na referida pesquisa, a segunda categoria em número de respostas foi a que enfatizou a importância que os pais dos entrevistados atribuíam aos estudos.

Na nossa pesquisa a formação acadêmica como uma via de acesso ao sucesso profissional, pessoal e à independência financeira aparece na maioria das falas das entrevistadas o que torna evidente também uma preocupação a partir da concepção que têm da mulher contemporânea.

Desta maneira, o que se constata neste estudo, que vem ao encontro do que pensam os teóricos contemporâneos, é a importância dispensada aos estudos das meninas e o desejo que suas filhas ingressem em uma carreira profissional e tenham sua independência econômica assegurada. Autores como Rocha-Coutinho (2005) e Mizrahi (2004), por exemplo, assinalam que embora algumas diferenças de gênero persistam na atualidade, inclusive no contexto educacional, as meninas hoje são educadas, como os meninos, para competir e buscar um crescimento profissional cada vez maior, para acreditar em suas capacidades e lutar pelo sucesso pessoal – inicialmente na escola e, posteriormente, no mercado de trabalho – e também para valorizar sua independência.

Ocupação

Ao manifestarem a preocupação com a profissão das filhas, muitas vezes perpassam um discurso ambíguo, sugerindo que se ocupem com algo diferente do trabalho doméstico. Parece ser uma tentativa de sair dos moldes tradicionais, ainda que estejam muito ligadas a eles.

“Filha, você tem que ter uma profissão que te permita ser dona do seu horário... pra você poder levar seu filho na escola, pra você poder... mas

legal também você ter uma profissão, uma ocupação” (M6).

Trabalho extradomiciliar

Meireles (2008) ressalta a importância do trabalho extradomiciliar para as mulheres contemporâneas que representa uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional, sendo compatível com os projetos de vida atuais e com a realização pessoal. Segundo a autora essa forma de trabalho passou a ser uma condição para independência e ascensão social, permitindo a construção e realização de projetos individuais voltados para um novo ideal de “eu feminino”.

Trabalhar “por prazer” ou “para ser independente”, como assinalado pelas entrevistadas, é uma expressão que surge entre as mulheres da segunda metade do século XX. Desta maneira, o trabalho feminino passa a ser considerado um valor e uma atividade reivindicada por elas. As idéias de Lipovetsky (1997) confirmam o discurso de nossas entrevistadas que almejam para as filhas uma independência em relação ao marido, uma autonomia dentro do casal e a construção de uma segurança para o futuro.

Ao expressarem o desejo de que as suas filhas tenham uma profissão ressaltam o projeto de que se afirmem como protagonistas de suas próprias vidas e que busquem um sentido para a vida pessoal por meio do trabalho.

“ que faça alguma coisa que, primeiro, dê muito prazer a ela. Isso é fundamental” (M5).

“Eu vejo ela tendo uma profissão, fazendo algo que ela goste, entendeu?”(M2).

Vida conjugal e familiar

Há de se destacar ainda que, paralelamente a essa expectativa de trabalho, também se tornou evidente, em todos os relatos, o desejo de que as filhas tenham uma **vida conjugal e familiar**.

“(…) E aí eu queria muito que ela tivesse um marido... (..) Eu espero , espero muito que ela tenha (filhos)” (M5).

“(…) imagino ela casada, com filhos...” (M7).

“Mas no mais é aquela idéia mesmo de construção de família, gerar netos e tudo o mais...” (M9).

Verificamos, ainda, que mesmo diante das transformações contemporâneas na conjugalidade, as expectativas tradicionais no que se refere à construção dos relacionamentos atuais se mantêm. Percebemos a coexistência de permanências e mudanças nos valores. Ao mesmo tempo em que se atribui importância ao casamento, novas possibilidades de convivência são apresentadas, valorizando a individualidade, o companheirismo, o vínculo amoroso e a satisfação conjugal.

“Eu acho assim... dela encontrar um cara legal, que eu acho tão triste quando eu vejo algumas amigas minhas solteiras até hoje, fica uma coisa meio... (...) A maior expectativa que eu tenho é dela arrumar uma pessoa legal, dela ter a família dela também” (M6).

Neste sentido, Féres-Carneiro (2001) pontua que uma das características dos casamentos na contemporaneidade é que representa uma relação de intensa significação na vida das pessoas, pois envolve um alto grau de intimidade e um grande investimento afetivo. Ainda, segundo Féres-Carneiro (1997) o casamento, para as mulheres, se define como relação amorosa, o que se confirma na fala de uma das entrevistadas.

“...eu acho que é muito bom a gente ter um amor na vida, a gente ter um companheiro” (M2).

Trabalho/carreira e Vida conjugal/familiar – Reflexões das mães

Além disso, nossos achados corroboram as idéias de Meireles (2008), Jablonski (2007), Rocha-Coutinho (2003, 2005, 2009), segundo os quais, cada vez mais as mulheres têm buscado trabalhos extradomiciliares, atuando em áreas antes restritas aos homens, esforçando-se por **conciliar o trabalho ou carreira com a vida conjugal e familiar**.

Em todos os relatos pudemos observar a permanência da visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos. Percebemos que o trabalho doméstico ainda permanece altamente segregado.

Pensamos ser fundamental destacar que nesse momento da entrevista, as mães se voltaram para as suas vivências conflitivas na tentativa de conciliar o

desempenho de todos esses papéis e a dificuldade de equilibrar as exigências da maternidade com as demandas de uma carreira profissional. Focaram em si mesmas, não mais se referindo à expectativa que têm para as suas filhas.

“Eu acho que hoje em dia o mundo exige muito da gente, principalmente da mulher. A gente vai vivendo, vai se acomodando, vai aprendendo a fazer. Eu estou até fazendo tratamento de síndrome do pânico, tô tendo assim sintomas horríveis e tudo... Pode ser... nunca culpei nada, nunca focalizei nada, mas pode ser por esse excesso de coisas, excesso de responsabilidade que a gente está assumindo, de repente”(M9).

Analisando as falas das mães entrevistadas que não exercem trabalho extradomiciliar, encontramos M2 que justifica não trabalhar pela incompatibilidade entre trabalho e maternidade, demonstrando dificuldade nessa conciliação.

“ Eu não tinha condições de deixar uma pessoa sozinha o dia todo com as minhas filhas; não tem sentido, entendeu?” (M2)

A fala de M3 demonstra uma posição muito tradicional com relação ao lugar da mulher, a partir do momento que é mãe.

“Eu acho que as relações... talvez pela independência da mulher, pela mulher profissional hoje em dia, ninguém quer abrir mão de nada, ninguém quer ficar junto... Se tem um filho ou não tem, dá na mesma.. (...) Hoje a pessoa tem filho... nasceu? Nasceu. Daí há um mês ela já entregou pra babá, já ta trabalhando sabe? (...) Ainda falo assim... vê se ela tem mãe. Não, a mãe dela trabalha o dia inteiro. Você tem mãe. Tem uma estrutura diferente, as coisas aqui em casa são diferentes” (M3).

Estudos anteriores discorrem sobre a diferente forma com que homens e mulheres concebem a maternidade e a paternidade. Brasileiro, Jablonski e Féres-Carneiro (2002), por exemplo, assinalam que por serem fenômenos fortemente ligados às diferenças biológicas entre os sexos, podem colocar a mulher em desvantagem. Ela pode vivenciar esse momento de forma ambígua e angustiante, sentindo-se ora realizada, ora oprimida. No discurso da M1 o que se observa é um conflito, pois ao mesmo tempo que se ressentia por não ter retornado ao trabalho após o nascimento dos filhos, questiona sobre quem estaria desempenhando esse papel de educadora e cuidadora das crianças.

“Quando eu penso... pô, podia estar trabalhando! Que merda!... Quando eles chegam da escola e a primeira coisa que eles falam é Mãe! Mãe!... Pô, tô achando ótimo... Se eu não tivesse em casa?! Quem ia fazer isso? Quem é que ia participar de tudo? Ninguém” (M1).

M6, uma mãe que trabalha em período integral, nos faz pensar no mal-estar da trabalhadora que não tem tempo para a vida pessoal. Ilustra sua insatisfação com a estrutura de seu trabalho e seu desejo de abandoná-lo para cuidar da casa e dos filhos. Na visão de Belkim (2003), à medida que o ambiente de trabalho se torna mais estressante, a porta de saída se torna mais atrativa para as mulheres do que para os homens, uma vez que para a sociedade, os papéis de gênero ainda se encontram ligados aos modelos tradicionais.

“(...) pô, quem foi que inventou esse negócio de feminismo?... da mulher ter que trabalhar fora?... Eu estou tão cansada, de saco cheio! Queria ficar em casa, cuidar dos meus filhos, não queria trabalhar fora!”(M6)

O que nos foi possível perceber é que a noção tradicional de que as tarefas domésticas devem ser desempenhadas pelas mulheres parece persistir. São crenças que perpassam e acompanham as famílias, em um processo de reprodução transgeracional. Esse é um dado que também foi observado por Jablonski (2007) ao pesquisar o cotidiano do casamento de jovens casais que se dividem entre a vida familiar e a profissional.

Strey (2007) assinala que embora as crenças sobre o trabalho apropriado para ambos os sexos tenham mudado bastante no mercado de trabalho, aquelas sobre quem deve fazer o trabalho doméstico não-pago estão mudando muito devagar.

“O que acaba acontecendo é que a mulher acaba cuidando mais da família do que o homem”(M7).

“Até porque o dia a dia é mais eu do que ele. Mas ele participa. Mesmo que vocês dois trabalhem fora, a casa continua mais sendo com você, a educação dos filhos também... É. É” (M8).

A despeito de ideais igualitários e individualistas, o que se observa é que com o nascimento dos filhos, o papel de mãe reforça a diferença entre os gêneros dentro do lar. Em estudo sobre a transição para a parentalidade, Brasileiro,

Jablonski e Féres-Carneiro (2002) observaram que embora os casais apresentassem propostas e expectativas de relacionamentos igualitários, organizaram-se de acordo com os modelos tradicionais, no momento deste processo. Nesse sentido, os dados aqui encontrados, corroboram com aquele estudo, quando a mãe assume o papel principal de cuidado para com o filho, enquanto que o pai assume uma relativa ausência.

“Então tem esse lado, que eu acho que é um lado assim que é da gente mesmo, é natural. Não acho que é dividir tudo porque a própria natureza já mostrou que tem algumas coisas que vão ficar com você. Eu acho que é natural” (M2).

Na nossa pesquisa, as entrevistadas ressaltaram a dificuldade que vivenciaram e vivenciam na maternidade, relatando o quanto é cansativo, ainda que, por outro lado, afirmem a importância de exercerem o papel de mãe educadora e cuidadora, dedicada aos filhos. Parecem considerar que este papel é unicamente delas, não podendo ser dividido com mais ninguém. Acreditamos que, assim como afirma Rocha-Coutinho (2005, 2009), a maternidade é uma das questões mais complexas, problemáticas e conflitantes vivenciadas pela mulher contemporânea, principalmente quando articulada à carreira ou profissão.

Fleck, Falcke e Hackner (2005) e Jablonski (2003) argumentam que se houve um movimento das mulheres de dentro para fora do lar, não se percebe, em contrapartida, um movimento do homem para uma maior participação intrafamiliar, ou pelo menos, com a devida intensidade. Neste sentido, os autores sugerem que o homem parece ter se acomodado com esse distanciamento da vida familiar enquanto que as mulheres demonstram dificuldades em permitir que os homens assumam algumas tarefas que são tradicionalmente femininas.

“(…) eu ficava com a *Clarinha (filha)* sozinha. Eu que dava banho, esquentava a papinha, eu que dava, eu que arrumava tudo, porque eu não queria ninguém” (M1).

Estes achados sugerem que as mães entrevistadas podem estar reproduzindo o discurso tradicional machista, criado no século XIX, que afirma caber à mulher a atenção e os cuidados com os filhos, o que mantém a divisão do trabalho de acordo com o gênero dentro do lar. (Araújo e Scalón, 2005; Jablonski,

2007; Rocha-Coutinho, 2007). Coltrane (1996) assinala que a relação conjugal melhora na medida em que os homens se tornam pais mais envolvidos. De acordo com o autor, quando os pais dividem igualmente os cuidados infantis, ambos os membros do casal reportam menos desgaste psicológico.

“ Eu assumi Tudo! ... Eu fiquei muito sobrecarregada! Muito! E muito chateada com relação a isso... Eles não amamentam... a gente tem aquele sentimento de mãe horroroso, né?” (M2).

“ Você foi mãe? Foi. Vai mudar a sua vida? Vai... Não tem opção. Mudou. É diversão constante! Você entrou na enrascada, agora você tem que tentar fazer da melhor forma, como um emprego” (M3).

“ Filhos... você abdica do seu tempo, das suas prioridades, e você tem que aceitar isso, não ficar um eterno frustrado, né?” (M4).

“(...) mas a *Juliana (filha)* pra mim foi muito difícil... Fiquei deprimida, achava muito difícil cuidar dela o dia inteiro, era uma coisa...” (M7).

“(...) mas é olhar o dever de casa, e acompanhar... saber se almoçou, se jantou, como é que está. E brincar mesmo. E conversar, saber como estão as coisas, ficar coordenando o horário disso, horário daquilo, sair do computador... já está há muito tempo. Dá um trabalho, né? É cansativo, mas a gente se acostuma”. (M9)

Todas essas falas apontam para as mudanças que a chegada de um filho promove na vida de uma mulher. Entretanto, a maioria delas não abriu mão do trabalho. Elas tentam, de diferentes formas, conciliar maternidade e vida profissional, apesar de acharem “difícil” e “trabalhosa” essa conciliação. Algumas delas ainda se referiram aos cuidados com a beleza, apontando para mais uma “cobrança” que é feita às mulheres.

Discorrendo sobre as diversas tarefas assumidas pela mulher contemporânea, Jablonski (2007) sugere a “tripla jornada de trabalho”, incluindo os cuidados em torno da beleza. Goldemberg (2007) pontua que a preocupação com determinado modelo de corpo tornou um marco importante no Brasil contemporâneo. Assinala que ao mesmo tempo que a mulher se emancipou de suas antigas servidões – sexuais, procriadoras ou indumentárias – se submete, na atualidade, a coerções estéticas mais regulares que geram tanta ou mais ansiedade do que antigamente.

“ Eu acho que homem é diferente, homem é diferente. Meu pai fala que mulher tem obrigação de ser bonita e homem tem obrigação de ser feio. Eu acho que até essa parte física, estética, a mulher tem muito mais cobrança, né?” (M3)

Trabalho/carreira e Vida conjugal/familiar – Expectativas para as filhas

A partir das reflexões feitas pelas mães, das suas próprias vivências em relação à conciliação do trabalho ou carreira com a vida familiar, houve a expressão de um desejo de que as filhas consigam equilibrar as demandas da carreira profissional com as exigências dos cuidados com a casa e com a família. A divisão do trabalho no lar parece sofrer ainda grande influência da divisão tradicional de gênero, envolvendo conceitos hierárquicos preestabelecidos que continuam sendo transmitidos para as novas gerações.

Do mesmo modo como foi observado por Rocha-Coutinho (2007) em estudos com mulheres, nossas entrevistadas apresentam em suas falas expectativas que refletem as demandas do mundo contemporâneo e que as leva a valorizar o sucesso profissional, a igualdade entre os sexos, a independência financeira. Mas, também alimentam expectativas mais tradicionais, centradas nos valores patriarcais, que delimitam as funções dos homens ao ambiente público e as funções das mulheres ao privado. Conforme já destacado anteriormente, essas expectativas surgiram nas mães entrevistadas, independente de exercerem ou não trabalho extradomiciliar.

“Eu acho que se ela conseguir fazer todas elas bem, uma melhor... outra mais ou menos, eu dou os parabéns, porque eu acho que é isso mesmo. É muito difícil. Eu acho o máximo!” (M1).

“Eu acho que ela vai ver de perto algumas realidades, entendeu, que mostra pra ela que é possível conciliar sim as coisas, né? mas que não é fácil...”(M4).

“Eu acho que ela não pode é ter uma profissão igual a minha que é demais. É muita cobrança. Eu por exemplo pra conciliar...”(M5).

6.2

Ideias sobre a influência da família e do meio nas escolhas das filhas

Importância da família

Em todos os relatos foi possível observar uma crença fundamental na influência que a família e o meio exercem nas escolhas futuras das filhas. Ressalta-se, no entanto, que a maioria afirmou ser a família a maior responsável.

“(...) Eu acho que a família influencia até um certo momento, pra criar o caráter, os valores. E depois, aquilo continua influenciando porque você já construiu o seu caráter, né? Algum momento você lembra... nossa! Isso veio do meu pai, isso vem da minha mãe...” (M4).

“(...) Eu acho que tem o meio sim, mas eu acho que muito mais a família do que o meio. Eu acho que o meio é muita escolha assim, sabe. Eu acho que a partir do momento que você tem uma cabeça boa, você já sabe escolher um amigo, sabe. Eu que sempre percebi isso. Você tem essa estrutura boa, sua cabeça é boa... (M3).

“ O meio também influencia. Mas eu acho que os pais influenciam mais” (M9).

Strey (2007) ressalta o papel crucial da família, tendo em vista ser esta a primeira a ensinar e a ditar modelos, baseada na satisfação das necessidades de seus membros. Segundo a autora, quanto mais jovens forem os membros, mais vulneráveis estarão à influência de sua família. A família, segundo Lasch (1977) é o principal agente de socialização. Para o autor, o grupo familiar inculca, na criança, modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos.

O que se observa é que a família tem funcionado como um importante espaço de trocas afetivas entre pais e filhos e entre os cônjuges. E, mais ainda, segundo Araújo e Scalon (2005), é um espaço referência para os seus membros, um lugar de “compensação afetiva” e de “afirmação de identidades” ao sujeito contemporâneo, orientado para a competição na esfera pública.

“Por isso que eu acho que é muito importante a família, muito importante. Porque é ela que ela que vai te trazer essas..., construir mesmo, o caráter, os valores, acho fundamental” (M4)

“ Porque uma família estável, tranqüila e feliz, eu acho que o resto se ajeita. Acho que o mais importante realmente é essa parte familiar. (...) Eu

acho, eu acredito, que a família é um alicerce” (M7).

Novos arranjos familiares

Em algumas falas ouvimos críticas com relação às novas configurações da família contemporânea no que diz respeito aos papéis, às referências, ao respeito, às hierarquias, ao divórcio, entre outros.

“Acho que é isso que está se perdendo hoje. Não existe mais a família. Aí junta o filho de um com o filho do casamento de outro. Aí vem o enteado. Aí vira aquela bagunça.(..) Você não pensa duas vezes antes de separar, né? Eu acho que hoje a família ta muito perdida...”(M3)

“ A gente vê tanto casamento desfeito, tanta gente se dando mal com casamento.. Casa hoje, separa, tem um filho, fica com o filho de um casamento, um do outro...” (M6)

Embora a literatura atual discorra sobre as novas configurações dos relacionamentos entre homem e mulher (Féres-Carneiro e Magalhães, 2005; Wagner, 2002), as falas das mães entrevistadas sugerem a manutenção de padrões e costumes tradicionais na construção das relações amorosas. Desta forma, constatamos o fenômeno da transgeracionalidade social, abordado por Zordan, Falke e Wagner (2005), quando valores, crenças e legados sociais perpassam a história e são repassados às novas gerações.

As falas abaixo ilustram as mensagens que permeiam os discursos das mães, definindo os padrões de relacionamentos passados às filhas. São falas que evidenciam as mudanças e permanências implicadas no processo transgeracional. Mudam-se as relações, que são por amor, por prazer e não por conveniência; tem-se a igualdade entre os sexos com relação à liberdade de escolha do cônjuge; há o desejo de que as mulheres transitem nas esferas pública e privada. No entanto, o que observamos é que, concomitantemente à assimilação de novos costumes, aparece também um repúdio a alguns tipos de configurações como, por exemplo, o receio de que as filhas tenham um relacionamento homossexual.

“Vai que ela escolhe que quer namorar com mulher, sei lá. Eu quero é que ela fique bem.Eu só não queria que isso acontecesse nem com ela e nem com os meninos. Não por preconceito, mas por achar que vai ser difícil pra eles lá na frente... encarar... serem aceitos. Você é mãe, você aceita, você acolhe.(...)... Só acho assim, eles vão sofrer preconceito” (M1).

“Às vezes passa pela minha cabeça coisas assim malucas, que a gente vê no mundo de hoje... até da questão da heterossexualidade e da homossexualidade. Eu tenho duas meninas e estou torcendo pelo menos pras duas gostarem de meninos, não sei! Porque hoje em dia eu vejo pessoas que eu conheço... o mundo esta cada vez tão diferente, né? (M9)

Ter filhos

Um outro aspecto observado referente aos relacionamentos contemporâneos, que pôde ser evidenciado neste estudo é que o “ter filhos”, ainda que considerado por muitas mães como importante, não foi apontada como uma das expectativas primordiais nos casamentos. Refletimos a possibilidade de a maternidade já ser um acontecimento tão óbvio na vida das mulheres que, não precisa mesmo ser nomeada. Entretanto, evidenciamos nas falas das mães que ao se referirem a casamento ou relacionamento, existe a prevalência da expectativa de uma **satisfação pessoal**.

“... eu acho que é muito bom a gente ter um amor na vida, a gente ter um companheiro. Eu acho que isso é uma coisa muito boa. É muito positivo. Filhos eu acho que é uma opção” (M2).

Em outras falas, uma das nossas entrevistadas assinalou a importância da **estabilidade financeira** como condição para se ter um filho.

“(...) as pessoas precisam se estabelecer antes, pra que depois... mais tarde... você tenha filhos” (M4).

Essa fala faz ressonância com o discurso de algumas mães que disseram ter engravidado em função da **idade** já avançada. Polity e Balestrero (2008) acrescentam que o momento da vida em que a mulher decide ser mãe está calcado em questões subjetivas, sociais e culturais. Acrescenta que, no contexto atual, esse momento tende a ser postergado para um período de estabilidade econômica (da mulher, nas produções independentes, ou do casal, nas configurações mais tradicionais).

Os nossos achados vão ao encontro dessas ideias, pois, observamos, em algumas falas, o adiamento da primeira gravidez em função de uma estabilidade financeira. Entretanto, percebemos, ainda, que a idade da mãe foi um fator que despertou nela a urgência de ter o filho.

“Aí eu falei não, realmente eu acho que a gente tem que ter um pouco mais de grana, né? A gente tem que ter um certo... né?(...) Aí quando eu fiz 30 anos eu falei: meu filho, ou dá ou desce! Porque agora... a gente fica com medo... se previne tanto... Aí a gente acabou resolvendo” (M3).

“(...) a gente precisava de dinheiro para ter um filho(...) eu tava conversando com uma amiga (...) vou ter filho lá pelos 32, 33 anos... Ela falou: vai esperar 32, 33 anos para descobrir se pode ter filho? Aí me deu uma piração. Eu falei assim: Vai ser esse mês! Aí a gente engravidou naquele mês” (M8).

6.3

Percepções sobre os papéis de gênero na família

Criando meninos e meninas

Perguntamos, no nosso estudo, àquelas mães que tinham filhos de ambos os sexos, como eram as expectativas com relação ao projeto dos meninos, objetivando contrapor aos projetos das meninas. Evidenciamos expectativas carregadas de crenças e valores sociais que confirmam os estereótipos a respeito dos **papéis masculinos e femininos**. Isso sugere que a dicotomia entre papéis femininos e masculinos continua sendo transmitida de geração em geração.

Essas crianças, inseridas em cada família, recebem uma série de informações sobre as atitudes e comportamentos que se espera delas, a partir de seus respectivos gêneros. De acordo com Boszormenyi-Nagy e Spark (1973) para cumprir os seus mandatos e ser um membro leal à sua família, o indivíduo deve interiorizar as expectativas que lhe foram atribuídas. Assim, por lealdade ao grupo, o indivíduo assume como características próprias, as crenças e valores que lhe foram delegados.

Blume e Blume (2003) constata, em pesquisas, que a influência mais forte que as crianças recebem vem de dentro da família, a partir das crenças que são transmitidas pelos seus pais sobre sexo e gênero, muitas vezes sem que tenham consciência disso. Pais e mães, no processo de socialização, transmitem suas crenças, aprovando ou repreendendo aqueles comportamentos que consideram apropriados ou não para ambos os sexos.

Outros estudos corroboram essa ideias, demonstrando que ainda que o discurso dos pais seja muitas vezes de igualdade na criação de um menino ou uma menina, na prática o que se observa é uma preocupação e um tratamento diferente,

variando conforme o sexo da criança (Costa e Antoniazzi, 1999; Paechter, 2009). Strey (2007) assinala que esse processo é aprendido desde muito cedo, podendo perdurar durante a vida adulta. No entanto, o que observamos é que os comportamentos construídos de meninos e meninas são muitas vezes percebidos como **naturais**, próprios de seus gêneros.

“A menina já tem aquele lado maternal, assim, acho que desde que ela nasce né? De brincar de boneca, né? O menino já é mais bruto, mais... sabe? Menina é muito mais detalhista, muito mais perfeccionista. Homem já é tudo assim. Falta de cuidado, quebra tudo. Eu acho que é muito diferente, assim...” (M3)

“Menino é bem mais fácil. Ele tem aquela coisa com a mãe de se encostar. Ela, às vezes, não quer a minha opinião pra nada. Ele não bate de frente. Pelo contrario, ele tem uma coisa assim... meio apaixonada mesmo. Tudo é a mãe, a mãe, a mãe” (M4).

“O *Cristiano (filho)* é muito próximo, muito carinhoso, muito... e a menina... Aí você vê duas realidades que são muito diferentes. A menina e o menino são tão diferentes, né? Eu vejo ela e me lembro de mim pequena. O negócio do cabelo, o cabelo não está bom, aqueles dramas femininos de cabelo, de roupa, de *Natália (filha)* está na casa de *Letícia (amiga)*, não me chamou... Ninguém gosta de mim, tudo é um drama! *Cristiano (filho)* não tá nem aí” (M6).

Divisão sexual do trabalho

A partir de uma análise histórica, desde a modernidade, constatamos que as crianças passaram a ser criadas a partir de estereótipos rígidos que delimitavam com nitidez os papéis que deveriam desempenhar no futuro. Até os anos de 1950, as mulheres tinham como perspectiva casarem-se, tornarem-se mães e donas de casa em tempo integral. Fora do casamento e da família não possuíam qualquer visibilidade devido à força das barreiras sociais. Os homens, nesta época, deveriam seguir uma carreira, dedicar-se ao trabalho, constituir e prover sua família (Oliveira, 2005; Rocha Coutinho, 2003).

O interessante é que, ainda hoje, por meio das falas das mães entrevistadas, o que se observa é a busca da manutenção de um padrão já estabelecido. Nesse sentido, os comportamentos vão sendo repetidos transgeracionalmente, dificultando o desenvolvimento de novos padrões, que são reconhecidos, mas repudiados.

“Eu acho, que homem tem que saber ganhar dinheiro... A sociedade de um modo geral, né? Hoje está até mudando, né? Eu tenho amigos que a mulher é juíza e ele é dona de casa né? Até tem algumas inversões. Já é até visto hoje em dia né? A mulher que trabalha, e o homem que, já que ela ganha mais, ele fica em casa e ela trabalha... Mas ainda acho que é coisa pro próximo milênio, assim. Tá mudando muito devagar. Realmente o homem ainda é mesmo o provedor...(…) ... acaba que mulher, bem ou mal, sei lá, fica na casa do pai, da mãe, vai enrolando” (M3).

Percebemos que por mais que tenham consciência das transformações dos papéis femininos, algumas mães verbalizam que ainda existe uma **divisão de trabalho** por gênero. Embora considerem a importância do trabalho fora do lar, ressaltam a força dos estereótipos de gênero na sociedade e afirmam o desejo de terem mais tempo para o convívio familiar.

O que se observa é que embora as mulheres percebam um processo de mudança em direção a uma cultura mais igualitária, convivem com crenças e práticas mais tradicionais, que parecem mudar lentamente.

“(…) eu acho ainda que o homem ainda tem esse papel do provedor. Não é que eu concorde, tá? Uma questão profissional é muito mais séria pro *Eduardo (filho)* do que pra *Priscila (filha)*. Eu falo... gente, que coisa maluca, eu pensar numa coisa assim! No fundo, no fundo, eu tenho isso... Uma preocupação que é o homem, alguém que um dia vai ser o provedor. A mulher também... Mas a mulher tem um momento na vida dela que ela pode parar pra cuidar do filho, sei lá. A sociedade cobra muito mais do homem isso” (M4).

“Eu acho que até hoje tem essa coisa de o homem ser mais bem sucedido, ser bem sucedido profissionalmente.(…) Eu sempre quis que o *Cristiano (filho)* fosse engenheiro ou médico, acho lindo.(…) ... eu gostaria que ele fosse assim, um profissional, de uma grande empresa multinacional, entendeu? (risos) (...) E a *Natália (filha)*... eu queria muito que ela fosse independente, mas também que pudesse ter uma vida mais tranqüila (M6).

Mesmo na tentativa de modificar esse modelo, o que se observa no discurso de algumas das nossas entrevistadas é que essa dicotomia ainda existe e portanto, a educação e os valores transmitidos são desiguais para meninos e meninas.

“ Ela tem que ter o trabalho dela, mesmo que ela case, que ela tenha filhos. Que ela não pare de trabalhar.(…) Pros meninos eu falo que eles têm que trabalhar, normal, porque dinheiro não cai de árvores”....(M1).

A fala de M1 sugere que para os meninos não há necessidade de se falar em trabalho, uma vez que a falta deste não seja nem mesmo cogitada; porém, para as meninas, há de se reforçar a importância de sair do mundo privado.

Duas dessas mães entrevistadas, que têm filhos de ambos os sexos, disseram não pensar diferente para os dois filhos, em função da diferença de gênero. No entanto, em um dos discursos, a mãe cogitou a ideia de a filha ter um marido que pudesse prover todas as despesas da família, não pensando no mesmo para o filho homem. Isso vem confirmar a manutenção de um modelo tradicional, muito enraizado mesmo nas famílias contemporâneas.

Araújo e Scalon (2005) assinalam que enquanto o acesso dos homens ao trabalho remunerado permanece naturalizado, o acesso das mulheres ainda é condicionado pela domesticidade de suas relações, “como se fosse uma dimensão exterior às suas vidas” (p.19).

6.4

Percepções sobre a transmissão transgeracional

A partir da análise da relação entre o que essas mães entrevistadas acreditavam existir de expectativas para elas, tanto como filhas quanto o que elas esperam de suas filhas, pode-se observar o fenômeno da transgeracionalidade aparecendo de maneira relevante. Assim, pensamos estar confirmando as ideias de teóricos que afirmam que a transmissão de padrões de uma geração para a outra, acontece em todas as famílias (Boszormenyi-Nagy, 1973; Bowen, 1970; Wagner, 2005)

Percebemos que as experiências vivenciadas por essas mães, enquanto filhas, influenciaram suas escolhas afetivas, sexuais e profissionais e continuam sendo transmitidas à geração de suas filhas, no momento atual. Evidenciamos a força dos legados, indicando para as gerações sucessivas os aspectos daquela família que devem ser transmitidos (Boszormenyi-Nagy, 1973).

“Minha mãe só falava que tinha que estudar. Estudar lá em casa era obrigação (...) Estudar lá em casa é obrigação. Eu falo exatamente o que minha mãe falava, não tem jeito. A gente herda, né?” (M3).

Repetição

Nos discursos analisados verificamos que algumas mães possuem consciência da transmissão transgeracional, fazendo associações das heranças que receberam da família de origem com as expectativas que têm com relação ao projeto de vida de suas filhas.

“Ela tem que ser independente, ela tem que ter a vida dela, tem que ter a carreira dela, o dinheiro dela pra ela não ficar dependendo. Eu acho que as mesmas expectativas da minha mãe comigo” (M6).

“(…) Eu vejo que acabou que eu reproduzi muito a historia da minha mãe, na verdade, né? (M8)

Não repetição

Por outro lado, ainda, na fala das entrevistadas, pudemos reconhecer que existem alguns padrões vivenciados na família de origem que, na atualidade, são criticados por elas, fazendo com que elas busquem não repeti-los com suas filhas. Falcke e Wagner(2005) assinalam que muitas vezes, a tentativa de rejeição do padrão familiar de origem se dá pela busca do modelo oposto. Neste caso, para as autoras, seria como “se encontrar com o outro lado da mesma moeda” (p.27), o que faz com que o sujeito sofra conseqüências semelhantes àquelas do padrão que vivenciou na família de origem.

Eliacheff e Heinich (2004) afirmam que a inversão da transmissão é uma atitude freqüente naquelas mães que julgam terem tido um relacionamento ruim com a mãe e tentam fazer diferente na geração seguinte. De acordo com as autoras, essas mães correm o risco de cair em um excesso inverso, dando à filha aquilo que elas mesmas precisam e não o que a filha precisa.

“ Eu acho que eu senti tanto... eu sofri tanto com... como eu era presa, aquela coisa toda... que hoje eu dou muita liberdade pra eles, né? Então isso... às vezes eu fico meio me questionando... Será que eu sou liberal demais? Eu não sei ser diferente” (M6).

Os dados desta pesquisa demonstraram a importância dos relacionamentos das entrevistadas com suas próprias mães influenciando as relações com suas filhas. Desejando resgatar ou contrapor o modelo vivenciado na infância, as mães,

de qualquer forma, estão se reportando a valores, crenças, legados e mitos familiares. Isto é, à sua própria história da qual não é possível se desvencilhar.

São dados que nos remetem ao conceito de “transferência de dívida” apresentado por Bowen (1979), que sugere um processo de volta ao passado na busca de modelos. Na nossa pesquisa, pensamos na educação de suas filhas como uma oportunidade para as mães ressignificarem suas experiências passadas.

Nesse sentido, observamos os aspectos referentes à transmissão transgeracional perpassando o discurso das mães. Em suas falas, evidenciamos o desejo de manter padrões de relacionamentos positivos, que foram referência em suas vidas e, também, uma expectativa de evitar a repetição de experiências que foram negativas em sua própria história, no intuito de poupar suas filhas de passarem pelo mesmo “sofrimento” pelos quais elas passaram. Esses achados demonstram a importância das experiências na família de origem influenciando as vivências no presente.

6.5

Expectativas com relação à vivência da adolescência das filhas

Na entrevista com as mães, indagamos sobre como imaginam as suas filhas daqui a dez anos, acreditando que remetendo-as a um tempo futuro, seria mais fácil colher delas informações sobre as expectativas que têm do projeto de vida de suas meninas. O interessante é que esse tempo determinado coincidiu com a fase de adolescência de suas filhas, o que trouxe dados bem significativos da representação que essas entrevistadas fazem desta etapa do desenvolvimento, bem como dados referentes à imagem que projetam das suas filhas.

A metade das mães entrevistadas se mostrou preocupada com a adolescência das filhas, temendo não conseguir manter a **proximidade mãe-filha** que desejam.

“Eu vou te dizer que eu tenho muita preocupação com a *Priscila (filha)* comigo... Eu e ela, a minha relação... eu e ela...(...) ... Eu sei que isso depende da relação que eu trago com ela desde já. Mas também eu sei que tem uma rebeldia da adolescência Eu quero que ela fique perto de mim, eu quero ser uma amiga dela (M4).

“Não quero nem imaginar. (risos) Eu fico assim já imaginando ela na tpm. Imagina essa garota na tpm. Cara, vai ser dose!” (M6).

“Imagino uma moça muita bonita me dando trabalho, cheia de respstinha” (M7).

Essas falas estão em concordância com as teorias sobre adolescência que apontam para uma fase de oposição às ideias e atitudes das mães. Na tentativa de se posicionarem como mulheres, diferentes das mães, as adolescentes manifestam intensamente suas oposições a elas (Coelho, 2008). Muitas vezes, ao passarem por diversas transformações físicas, corporais e emocionais, tornam-se rebeldes, contestadoras, na luta por sua identidade.

O que se observa é que frequentemente a adolescência é associada a conflitos com o mundo, com os pais e com os adultos. Justo (2005) ressalta que é um período que remete a imagens de idealismo, mudança, revolução, beleza, mas que também é visto como um momento de vivência de grandes crises (afetivas, emocionais, de identidade, de valores, etc.) e sofrimentos.

Pensamos ser importante destacar que, muitas vezes, há uma leitura naturalizada da adolescência, contemplada pela dimensão biofisiológica e psicológica. O que Reis e Zioni (1993) acrescentam, apoiados nos estudos da antropologia social, é que a adolescência deve ser considerada mais um fenômeno cultural do que uma inevitabilidade biológica. Dessa forma, os comportamentos considerados como ‘naturais’ nessa fase estariam mais relacionados aos padrões culturais do que a determinadas condições fisiológicas.

Observamos na fala de M5, que ela aborda o “problema da adolescência” referindo-se à sua própria vivência desta fase, trazendo a questão da transmissão transgeracional.

“O problema maior, não só dela, de todo mundo... é o problema de passar esse período de adolescência...(...) ... Acho que ela vai ser uma adolescente igual. Chata, problemática, querendo usar a minha roupa... estragando a minha maquiagem, como já está fazendo, querendo pegar meu carro sem a minha ordem, querendo viajar com amigas sem poder, mas nada que não seja a média, já sabemos o que é. E que de certa forma a gente foi também, todo muito foi, uns menos e outros mais” (M5).

Um foco diferente foi dado por M9 que disse esperar que as filhas sejam suas **amigas**. Diz que já tenta uma aproximação hoje porque quer ser “*uma mãe*

mais próxima... como a minha mãe não foi.” Assim, tenta fazer diferente, na tentativa de não repetir o modelo vivenciado na família de origem. Como já foi abordado na categoria anterior, o tema da adolescência da filha surgiu atrelado à adolescência da mãe, apontando novamente para a importante função da transmissão transgeracional nas relações familiares.

7

Considerações finais

A família é uma organização que sofreu transformações ao longo da história. Foram intensas as mudanças nas características de sua composição e estruturação, expressas nos diversos arranjos conjugais. Diversas também foram as modificações no seu funcionamento, nas formas de organização interna, nas dinâmicas cotidianas e nas hierarquias, que se tornaram mais flexíveis. Com isso, produziu novas formas de interação nas relações de gênero.

A mulher, inserida na família, também se transformou. Inseriu-se no espaço público e no mundo do trabalho. Conquistou direitos legais e também uma maior autonomia em suas escolhas afetivas. Mudou as relações de poder a partir do enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conjugais.

A transformação do lugar da mulher está estreitamente vinculada à estruturação e reprodução da família. Observa-se, na história, que as relações entre gênero e família são marcadas pela constante emergência de novos valores e atitudes, promovendo novas formas de interação, que convivem com formas tradicionais e conservadoras de se relacionar.

A partir dessas considerações, este estudo buscou investigar como essas diversas transformações estão representadas no projeto de vida que as mães contemporâneas idealizam para suas filhas. Observamos, por meio dos relatos, a importância que a família assume na transmissão dos valores, crenças e comportamentos que demarcam o lugar que o homem e a mulher devem ocupar na família e na sociedade.

Em todos os relatos foi possível observar uma crença fundamental na influência que o grupo familiar e o meio exercem nas escolhas futuras das filhas, ressaltando, no entanto, a família como a maior responsável. Percebemos a importância que essa instituição preserva na sociedade contemporânea, mesmo se apresentando a partir de novas configurações. E, se referindo a esses diferentes arranjos, ouvimos críticas com relação aos papéis dos seus membros, ao respeito às hierarquias e à possibilidade de divórcios. Pensamos que embora novos costumes venham sendo assimilados, essas falas podem estar atreladas à manutenção de padrões tradicionais.

Nos seus discursos, as mães entrevistadas apontaram para a importância de valores como o estudo e o trabalho, objetivando a realização profissional, a autonomia dentro do casal, mas também no sentido de realização pessoal. Valorizaram ainda, a construção de relacionamentos conjugais e familiares, pautados no companheirismo e no vínculo amoroso. Nesse sentido, apontam para uma perspectiva mais igualitária, para uma simetria maior nas relações de gênero.

Entretanto, pudemos observar que ao lado desses valores, frutos do processo de modernização, convivem simultaneamente práticas mais tradicionais, que perpassam e acompanham as famílias, em um processo de reprodução transgeracional. Permanece a visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos. Valores e práticas que tendem para o mais moderno convivem com outros bastante conservadores.

Percebemos o conflito e, muitas vezes, a insatisfação e o desgaste psicológico que enfrentam na tentativa de conciliarem trabalho extradomiciliar com a vida em família. Algumas delas, inclusive, não exercem qualquer atividade extradomiciliar no intuito de melhor atender às demandas da casa e dos filhos, o que não significa que não vivenciem conflitos.

Apesar de expressarem a ‘dificuldade’ e o ‘trabalho’ de equilibrarem as diversas demandas é o que idealizam para as suas filhas. No entanto, parecem alimentar expectativas centradas em valores mais tradicionais, que delimitam as funções dos homens ao ambiente público e as funções das mulheres ao privado. Assim, sugerem a idealização de um modelo em que as suas filhas possam trabalhar menos intensamente do que elas próprias trabalham hoje, para que consigam melhor conciliar o seu tempo com a família.

Evidenciamos, nesse estudo, expectativas carregadas de crenças e valores sociais que confirmam os estereótipos a respeito dos papéis masculinos e femininos. Observamos a crença manifestada pelas mães com relação aos diferentes comportamentos que percebem entre meninas e meninos, sugerindo que são naturais, próprios de seus gêneros. Desta forma, transmitem uma educação desigual para meninos e meninas, perpassando a dicotomia entre papéis femininos e masculinos de geração em geração.

Esse fato contribui para a manutenção de um padrão de comportamentos já estabelecidos. Os comportamentos vão sendo repetidos de forma transgeracional,

dificultando o desenvolvimento de novos padrões, que são reconhecidos, mas não são aceitos. O que se observa é que embora as mulheres percebam um processo de mudança em direção a uma cultura mais igualitária, convivem com crenças e práticas mais tradicionais, que parecem mudar lentamente.

Em todo o nosso estudo pudemos observar o fenômeno da transgeracionalidade perpassando os discursos das mães entrevistadas. Assim, confirmamos as ideias de teóricos que afirmam que a transmissão de padrões de uma geração para a outra, acontece em todas as famílias. Percebemos que as experiências vivenciadas por essas mães, enquanto filhas, influenciaram suas escolhas afetivas, sexuais e profissionais e continuam sendo transmitidas à geração de suas filhas, no momento atual.

Evidenciamos o desejo de manter padrões de relacionamentos positivos, que foram referência em suas vidas e, também, uma expectativa de evitar a repetição de experiências que foram negativas em sua própria história, no intuito de poupar suas filhas de passarem pelos mesmos “sofrimentos” pelos quais elas passaram. Esses achados demonstram a importância das experiências na família de origem influenciando as vivências no presente.

Podemos concluir afirmando que as mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira, a partir da última metade do século XX, afetaram significativamente a família e o casal, emergindo uma demanda de novos comportamentos do homem e da mulher. Não há dúvida quanto à imensa transformação que aconteceu no universo da mulher, antes relegada ao espaço doméstico e à margem da sociedade política e econômica. No entanto, nossos estudos evidenciam o prolongamento da divisão sexual dos papéis privados e públicos, ainda que rearranjada pelas normas do mundo contemporâneo, governando muitas aspirações e comportamentos das mulheres. Contrariando os valores de igualdade e autonomia, o legado transgeracional ainda prorroga essa divisão desde a socialização inicial de meninas e meninos. Nossos resultados apontam para um processo de transformação na percepção dos valores de gênero, embora haja uma concomitância de valores novos e antigos.

Esperamos que esse estudo tenha contribuído de alguma forma para reflexões sobre a dinâmica que se estabelece entre relações de gênero e família no mundo contemporâneo, bem como possibilitado discussões relativas ao processo transgeracional. Acreditamos ser necessária a ampliação dos estudos sobre esses

temas, considerando sua grande importância para a compreensão do sujeito e da família e sua relevância para a prática clínica.

8 Referências bibliográficas

ANDOLFI, M. Família/indivíduo: um modelo trigeracional. In: ELKAIM, M. (Org.) **Panorama das terapias familiares**. Vol. 1. São Paulo: Summus, 1998. p.119-142.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 07-77.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p 45-77.

ARAÚJO, M. F. Gênero e família na construção de relações democráticas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e Família: permanências e rupturas**. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2009. p.09-23

ARIÈS, P. Da família medieval à família moderna. In: ARIÈS, P. **História social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 225-274

ASSMAR, E. M.L. et al . Premissas histórico-socioculturais sobre a família brasileira em função do sexo e da idade. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 1,2000

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985

BASSANEZI, C. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p.607-639.

BELKIM, L. **The opt-out revolution**. New York Times Company. October/2003 (on line) (2003)

BENINCÁ, C. R. S; GOMES, W. B. Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. **Estudos de Psicologia**, 1998, Local, n. 3, v. 2, p. 177-205.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1966.

BIASOLI-ALVES, Z. M. Continuidades e rupturas o papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2001, v.16, n.3, p.233-329

BLUME, L. B.; BLUME, T. W. Toward a dialectical model of family gender discourse: body, identity and sexuality. **Journal of Marriage and Family**, 2003.vol. 65, n.4, p.785-794

BOSZORMENY-NAGY, I.; SPARK, G. **Lealtates invisibles**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973

BOWEN, M. **Family therapy in clinical practice**. New York: Harper e Row, 1978

_____, M. **De la familia ao individuo**: la diferenciación del si mismo em el sistema familiar. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1979

_____, M. **Em direção à direrenciação do self dentro da família**. Texto datilografado. Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro, 1970

BRASILEIRO, R. F.; JABLONSKI, B. **Transição para a parentalidade**: papéis de gênero em questão. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BRASILEIRO, R. F.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Papéis de gênero, transição para a paternalidade e a questão da tradicionalização. **Revista PSICO**, 2002, vol. 33, n.2, p. 289-310

BUCHER, J. S. N. F. Mitos, segredos e ritos na família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 1 (2), 1985. p.110-117

_____, J.S.N.F. O casal e a família sob novas formas de interação. In: CARNEIRO, Terezinha Féres (Org.) **Casal e Família** – entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau Eitora, 1999. pp .82-95.

_____, J. S. N. F. Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In: PENSO, M. A.; COSTA, L. F. (Orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos**: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Editorial Summus, 2008

COELHO, S. V. Abordagens Psicossociais da Família. In: AUN, J; VASCONCELOS, M.J.E; COELHO, S. **Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais** – Vol 1. Fundamentos teóricos e epistemológicos. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2006. p. 145-164.

COELHO, M.I.T. P.. Mulher e Ciclo Vital. In: MEIRELLES, V. **Mulher do Século XXI**. São Paulo: Rocca, 2008. p.169-176

COLOMBO, S. F.e outros. Do amor e seus contratos: infidelidade, traição, relações extraconjugais? In: MEIRELLES, V. **Mulher do Século XXI**. São Paulo: Editora Roca, 2008

COLTRANE, S. Family man: fatherhood, housework and gender equity. New York: oxford University Press, 1996

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1979

_____. A construção cultural da diferença dos sexos. **Sexualidade, gênero e sociedade**, v.2, n.3, p.3-8, 1995

COSTA, G. P. **A cena conjugal**. Porto Alegre: Artmed, 2000

COSTA, F.O.; ANTONIAZZI, A. S. A influência da socialização primária na construção da identidade de gênero: percepções dos pais. **Paidéia** (Ribeirão Preto) [online]. 1999, vol.9, n.16, pp. 67-75. ISSN 0103-863X.

DEAUX, K; LAFRANCE, M. Gender. In: LINDZEU, G.; GILBERT, D.T.; FISKE, S.T. (Eds) **The Handbook of Social Psychology**. Boston: McGrawHill, 1998, v.1, 788-827

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. pp.223-240.

DINIZ, G.; COELHO, V. A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e família. In: CARNEIRO, T. F. (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005. pp.138-156.

DUCOMMUN-NAGY, C. (1998) A terapia contextual. In: ELKAIM, M.(Org.) **Panorama das terapias familiares**. Vol. 1. São Paulo: Summus, 1998

ELIACHEFF, C.; HEINICH, N. **Mães-filhas: uma relação a três**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

FALCKE, D.; WAGNER, A.. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, A. (Org.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005

FAVARO, C. Mulher e família: um binômio (quase) inseparável. In: STREY, M.; SILVA NETO, J.S.; HORTA, R. L. (Orgs.) **Família e gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007

FÉRES-CARNEIRO, T. Escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v.10, n.2, p. 354-368, 1997.

_____. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org). **Casamento e família : do Social a Clínica**. Rio de Janeiro: Nau, 2001. p.67-80.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S.. Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005, p.111-121

FERREIRA, A. J. "Family, myth and homeostasis". **Archives of General Psychiatry**, 9, 1963, p. 457-463 (1963)

FIGUEIRA, S. A. O “Moderno” e o “Arcaico” na Nova Família Braileira – notas sobre a dimensão invisível na mudança social. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). **Uma nova família?** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FLECK, A. C.; FALCKE, D.; HACKNER, I. T. Crescendo menino ou menina: a transmissão dos papéis de gênero na família. In: WAGNER, A. (Org.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2005, p.107-122

FRAMO, J L. Uma abordagem transgeracional à terapia de casal, à terapia familiar e à terapia individual, 1999. In: ANDOLFI, M. **A crise do casal:** uma perspectiva sistêmico-relacional. Trad. L. Kahl e G. Menegoz. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 73-78

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L.; SALEM, T. **Perspectivas antropológicas da mulher.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. **O mundo em descontrole.** Rio de Janeiro: Record, 2000

GOLDEMBERG, M. O macho em crise. In: GOLDEMBERG, M. **Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontro.** Rio de Janeiro: Record, 2000, p.13-39

_____. **Infiel:** notas de uma antropóloga. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **O corpo como capital:** estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2007.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro: 2006

JABLONSKI, B. Atitudes frente à crise do casamento. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casamento e família:** do social à clínica. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001. p.81-95.

_____. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e casal:** arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Editora PUC Rio, 2003. p.141-168.

_____. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e Casal:** saúde, trabalho e modos de vinculação. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2007. p.203-228.

_____. Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento: duas décadas de estudos. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e Família: permanências e rupturas**. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2009. p.109-134

JOURNET, O. Construir a diferença. In: LACROIX, X (Org.). **Homem e mulher: a inapreensível diferença**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002

JUSTO, J. S. O "ficar" na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. **Revista do Departamento de Psicologia**, UFF [online]. 2005, vol.17, n.1, pp. 61-77. ISSN 0104-8023.

LAQUEUR, T. W. **Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

LASCH, C. (1977) **Refúgio num mundo sem coração: a família, santuário ou instituição sitiada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.78-79

LIPOVETSKY, G.(1997) **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. pp.223-240.

McGOLDRICK, M. As mulheres e o ciclo de vida familiar. In: CARTER, E.; McGOLDRICK, M. (org.). **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.30-60.

MEAD, M. **Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação**, 1949. Petrópolis: Editora Vozes, 1971

MEIRELLES, V. Mulheres nos casamentos de dupla carreira: uma realidade a ser refletida. In: MEIRELLES, V. **Mulher do Século XXI**. São Paulo: Rocca, 2008, p. 67-74.

MICHEL, F. O sexo do cérebro. In: LACROIX, X (Org.). **Homem e mulher: a inapreensível diferença**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002

MIZRAHI, B. G. **A relação pais e filhos hoje – A parentalidade e as transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Loyola, 2004.

NICOLACCI-DA-COSTA, A. M. O Sujeito e a Mudança Cultural: Descasamento e Conflitos Pedagógicos. In: NICOLACCI-DA-COSTA, A. M. **Sujeito e cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987. pp.57-79.

_____. Questões metodológicas sobre a análise de discurso. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, v.4, n.1/2,1989, p. 103-108

_____. A análise do discurso em questão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Revista do Departamento de Psicologia da UNB, Brasília, 1994, v.10, n.2, p.317-331

_____. O campo da pesquisa qualitativa e o método de explicitação do discurso subjacente (MEDS). **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, 2007, v.20, n.2, p. 65-

NICHOLS, M.I P. e SCHWARTZ, R. C. A terapia familiar sistêmica de Bowen. In: NICHOLS, M. P. e SCHWARTZ, R. C . **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artmed, 2007

NOLASCO, S. (Org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995

OLIVEIRA, Z. L. C. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, C. e SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. pp. 123-148.

OLIVEIRA, R. D. **Elogio da diferença: o feminino emergente**, 1991. São Paulo: Brasiliense, 1999

PAECHTER, C. **Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidades e feminidades/ Tradução, consultoria e supervisão: Rita Terezinha Schmidt – Porto Alegre: Artmed, 2009. 129 p.**

PAPERO, D. A teoria sobre os sistemas familiares de Bowen. In: Elkaim, Mony (Org.). **Panorama das terapias familiares**. Vol. 1. São Paulo: Summus, 1998

PASSOS, M. C. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família In: CARNEIRO, T. F. (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005. p.11-23.

PENSO, M. A.; COSTA, L.F., RIBEIRO, M. A.. Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In: PENSO, M.A.; COSTA, L. F. (Orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção**. São Paulo, Editora Summus, 2008

POLITY, E.; BALESTRERO, A.. A mulher e a maternidade. In: MEIRELLES, V. **Mulher do Século XXI**. São Paulo: Rocca, 2008. p.111-128

REIS, A.O. A.; ZIONI, F. O lugar do feminino na construção do conceito de adolescência. **Rev. Saúde Pública** [online]. 1993, vol.27, n.6, p. 472-477. ISSN 0034-8910

ROCHA COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

_____. Quando o executivo é uma dama: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉRES-CARNEIRO, T.

(Org.). **Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2003. p.57-77.

_____. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005. p.122-137p.124

_____. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, M. L. de (Org.). **Família e Gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 91-106

_____. Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2007. p.157-180.

_____. De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2009. p.219-236

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, p.73-87, 2006

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

SAMARA, E. M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. **Pensando a família no Brasil – da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p.25-36.

_____. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SINGLY, F de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

STREY, M. N. Gênero, família e sociedade. In: STREY, M.; SILVA NETO, J. S., HORTA, R. L. (Orgs.) **Família e gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007

THOMPSON, L.; WALKER, A. J. (1989) Gender in Families: Women and Men in Marriage, Work and Parenthood. **Journal of Marriage and the Family**, 51: 845-871

VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 203p

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**, 1987. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WAGNER, A. **A família em cena**: Tramas, dramas e transformações. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2002

WAGNER, A.; PREDEBOM, J.; FALCKE, D.. Transgeracionalidade e educação: como se perpetua a família? In: WAGNER, A. (Org.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p.93-106

WANG, May-Lin; JABLONSKI, B.; MAGALHÃES, A. S. (2006). Identidades masculinas: limites e possibilidades. **Psicologia em Revista**, 12, 19, 54-65

ZORDAN, E. P.; FALCKE, D.; WAGNER, A.. Copiar ou (re)criar? Perspectivas histórico-contextuais do casamento. In: WAGNER, A. (Org.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p.47-65

Anexo I

Roteiro para Entrevista

Como se iniciou a sua família? (Escolha amorosa, Casamento, Maternidade)

Você acredita que atendeu ou foi influenciada pelas expectativas dos seus pais?

Repetiu a estória deles? Como foi isso para você?

Inovou? Como foi isso para você?

O que repetiu e o que inovou?

Quem acha que mais te influenciou? A família ou o meio?

Você me falou da sua estória, a partir da estória dos seus pais... E como você imagina que vai ser esta relação com os seus filhos agora e no futuro?

O que você quer passar para os seus filhos? Quais valores relacionados a trabalho, família, maternidade, sexualidade...

Acha que seus valores serão apreendidos pelos seus filhos? Por quê?

O que você acha que está repetindo? E inovando? (em relação aos seus pais)

Em que a relação com a sua filha se assemelha e se diferencia de sua relação com a sua mãe?

Qual a expectativa que você tem para a sua filha daqui a 10 anos?

Você acha que as expectativas dos pais influenciam nas escolhas dos filhos? E o meio influencia? Como você vê esta questão na atualidade?

Você gostaria de acrescentar algo?

Anexo II

Termo de consentimento

Eu, _____, RG _____, abaixo qualificado, DECLARO para fins de participação em pesquisa, na condição de sujeito objeto da pesquisa, que me foi devidamente esclarecida, a qual tem por finalidade fornecer dados para a dissertação de Mestrado em processo de desenvolvimento pela mestrandia Ivanna Souto de Magalhães, sob orientação do Professor Bernardo Jablonski, da linha de Pesquisa Família e Casal: Estudos Psicossociais e Psicoterapia, do curso de Mestrado e Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro, quanto aos seguintes aspectos:

- a. que a coleta de informações da pesquisa é feita por meio de uma entrevista que será gravada, cujo roteiro encontra-se anexado a este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, também por mim lido;
- b. que estará a mim assegurada a disponibilidade para esclarecimentos sobre a metodologia aplicada na pesquisa;
- c. que estará a mim garantida a total liberdade de me recusar a participar ou retirar meu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalidade alguma e sem prejuízo algum para mim;
- d. que o uso dos dados por mim fornecidos é reservado aos autores da dissertação, acima mencionados, sendo preservado o respeito ao meu anonimato;
- e. que a informação sobre os dados da pesquisa podem ser divulgados e publicados desde que cumprido o disposto no item d.

DECLARO, portanto, que após convenientemente esclarecido pelos autores e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa.

Rio de Janeiro, de _____ de 2009

Anexo III

Folha de Relatório

Nome da mãe:

Nome da criança:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Data da aplicação:

Observações sobre a aplicação:

Anexo IV

Dados sociodemográficos

Mãe:
Idade:
Estado civil:
Escolaridade:
Profissão:
Atividade atual:

Criança:
Data de nascimento:
Idade na aplicação:

Pai:
Idade:
Estado civil:
Escolaridade:
Profissão:
Atividade atual: